

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CLÁUDIO ROBERTO ROSA BURCK

**OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX E A CONTROVÉRSIA SOBRE “O  
PROBLEMA DA REALIZAÇÃO” NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE  
CAPITAL**

Porto Alegre

2008

CLÁUDIO ROBERTO ROSA BURCK

**OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX E A CONTROVÉRSIA SOBRE “O  
PROBLEMA DA REALIZAÇÃO” NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE  
CAPITAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Economia.

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Schmidt**

Porto Alegre

2008

CLÁUDIO ROBERTO ROSA BURCK

**OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX E A CONTROVÉRSIA SOBRE “O  
PROBLEMA DA REALIZAÇÃO” NO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE  
CAPITAL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
Bacharel em Economia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Schmidt (orientador)

---

Prof. Dr. Eduardo Maldonado

---

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein

---

Dedico este trabalho à memória de minha avó, Almehy Silveira Rosa, da mesma estirpe das que inspiraram um Maximo Gorki ou um Érico Verissimo, e ao meu tio Félix Silveira Rosa Neto; fosse a LSN um pouco mais dura, de forma que o tivesse mantido mais uns 3 anos às margens do Jacuí, e esta monografia teria sido feita há 24 anos...

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho conclui uma trajetória iniciada há muito tempo, e interrompida pelas circunstâncias da vida; retomá-la deve-se ao estímulo de minha família, especialmente meus pais Jorge e Maria da Graça Burck, minhas filhas Luiza e Marina, e Gisele Burck; sem a motivação proporcionada por este incentivo não teria sido possível mobilizar energia para esta retomada; deixo registrado meu agradecimento e o meu perdão pela eventual mordacidade das cobranças.

Devo um agradecimento muito especial ao Prof. Carlos Schmidt, que encarou o desafio de orientar-me mesmo eu residindo a 250 quilômetros de distância, e com alguma dificuldade para cumprir as datas apazadas para as reuniões de orientação; presto minhas homenagens a sua paciência, empenho e profundidade, atributos, de resto, já por demais conhecidos, aluno que fui do Prof. Schmidt em duas cadeiras deste curso.

Este projeto já tinha sido intentado antes; e na ocasião o Prof. Eduardo Maldonado também se prontificou à ingrata tarefa de orientar-me, nas mesmas condições remotas de agora; não tive, então, a disciplina necessária para o desenvolvimento do projeto; sinto-me feliz por sua participação na banca de avaliação, e devo dizer aqui que suas aulas foram especialmente importantes na decisão de abordar neste trabalho um tema dentro do paradigma teórico marxista. Expresso aqui minha gratidão e reconhecimento.

## RESUMO

Este trabalho aborda a relação entre os esquemas de reprodução contidos no Livro II de *O Capital*, de Karl Marx, e as teses resultantes dos debates efetuados entre marxistas russos (especialmente nas 3 últimas décadas do século XIX) e marxistas de língua alemã (duas primeiras décadas do século XX), debates que ficaram conhecidos na literatura como “a controvérsia dos mercados” ou “o problema da realização”; examina as razões que ensejaram teses divergentes a partir da base comum consistida exatamente pelos esquemas; investiga o sentido e o papel dos esquemas de reprodução na construção do “edifício teórico” de *O Capital*, ao examinar aspectos da metodologia de Marx, assim como sua concepção sobre o fenômeno das *crises* no sistema capitalista, considerada conjuntamente com a exposição dos esquemas de reprodução como integrante da análise geral sobre a acumulação de capital; finalmente, aborda a questão da insuficiência de os esquemas de reprodução, considerados isolados dos demais aspectos da teoria de Marx, oferecerem suporte para as conclusões cabais expressas nas teses que decorreram dos debates sobre “os mercados” e “o problema da realização”.

**Palavras-chave:** Esquemas de Reprodução. Controvérsia dos Mercados. O Problema da Realização. Acumulação de Capital. Crises. Metodologia de Marx.

## ABSTRACT

The present study deals with the relation between patterns of production, found in Book II of *The Capital*, by Karl Marx, and the arguments arising from the discussions between Russian Marxists (especially in the first 3 decades of the XIX century) and the German Marxists (occurred in the first two decades of the XX century). Such discussions are known in literature as "Market Controversy" or "The Problem of Implementation", and the reasons for providing divergent views are analyzed from the common ground, which were exactly the patterns of production. Also, the meaning and the role of these patterns are investigated, focusing on its role in building the "theoretical edifice" of *The Capital*, by examining aspects of Marx's methodology, as well as his conception about the phenomenon of crisis in the capitalist system. His conception was considered taking in consideration the exhibition of patterns of production as a part of general analysis on capital accumulation. Finally, this study deals with the issue of failure of the patterns of production, which are considered isolated from other aspects of Marx's theory. They offer full support for the conclusions expressed in the thesis that arose from discussions about "the markets" and the "problem of achievement."

**Keywords:** Patterns of Production. Market Controversy. The Problem of Implementation. Capital Accumulation. Crisis. Marx's Methodology.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 O MÉTODO DE MARX.....</b>	<b>12</b>
1.1 O OBJETO DE MARX .....	24
1.2 O CAMINHO DE IDA E O CAMINHO DE VOLTA.....	24
1.3 VISÃO TOTALIZANTE .....	25
1.4 O CARÁTER NÃO MECANICISTA OU DETERMINÍSTICO DA HISTÓRIA .....	25
<b>2 OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX .....</b>	<b>27</b>
2.1 O CIRCUITO DO CAPITAL-DINHEIRO .....	27
2.2 A REPRODUÇÃO AMPLIADA E A ACUMULAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA .....	29
2.3 A ACUMULAÇÃO (REPRODUÇÃO AMPLIADA) E A OFERTA E DEMANDA DA FORÇA DE TRABALHO .....	31
2.4 ESQUEMA DE REPRODUÇÃO SIMPLES .....	34
2.5 ESQUEMA DE REPRODUÇÃO AMPLIADA.....	36
<b>3 O DEBATE SOBRE OS MERCADOS.....</b>	<b>42</b>
3.1 TUGAN-BARANOVSKI.....	43
3.1.1 Consumo e acumulação .....	44
3.1.2 Equilíbrio entre oferta e demanda e a “repartição proporcional da produção” .....	46
3.2 LÊNIN.....	47
3.3 ROSA DE LUXEMBURGO .....	52
<b>4 CRISES .....</b>	<b>55</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>67</b>



## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho foi inspirado pela leitura do livro (1986) de Jorge Miglioli, *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*, texto-base da disciplina “Tópicos Especiais em Economia” na ocasião em que a cursamos.

Nesta obra, Miglioli propõe-se examinar “o papel da realização da *mais valia* no processo de acumulação de capital”, no âmbito do pensamento marxista.

Esta questão, identificada como “o problema da demanda efetiva” ou “a teoria da demanda efetiva”, é, ordinariamente, conhecida como “um tema típico da economia ‘burguesa’ em sua versão keynesiana” (MIGLIOLI, 1986, p. 2); no entanto, Miglioli destaca que esta questão já era abordada há muito tempo pela literatura marxista, conhecida como “o problema da realização”, ou o “problema dos mercados”, ensejando um acirrado debate travado por marxistas russos, em fins do século XIX, seguido por marxistas de língua alemã no início do século XX. Esta controvérsia gerou diversas posições e formulações específicas, que podem, no entanto, ser agrupadas em duas posições distintas quanto às conclusões principais: (1) a de que o processo de acumulação capitalista pode ser “harmônico”, não contendo contradições internas intransponíveis que obstaculizem seu crescimento, (2) a de que os esquemas contêm erros lógicos ao ignorar as várias possibilidades de desequilíbrio, as quais, na proposição mais conhecida (Rosa Luxemburgo) só alcançam solução na incorporação de segmentos externos não capitalistas no processo de acumulação, solução que, no entanto, não resolve a contradição em termos definitivos, conduzindo inexoravelmente o sistema capitalista ao colapso.

E foi exatamente a disparidade das posições assumidas neste debate, tendo como referencial comum os esquemas de reprodução de Marx expressos no Livro Segundo de *O Capital*, que proporcionou a questão central que abordamos neste trabalho: como foi possível uma mesma formulação teórica possibilitar leituras tão divergentes? Podem ser deduzidas unicamente dos esquemas de reprodução conclusões cabais de Marx a respeito do processo da

acumulação de capital? A realização da *mais valia* pode ser caracterizada como um “problema” ou ela transcorre naturalmente no processo de acumulação de capital? Os esquemas de reprodução podem levar às conclusões mecanicistas e determinísticas da evolução social, tipo *derrocada*, *colapso final* ou *auto-reprodução sem limites*? Ou seja, não pretendemos abordar exaustiva ou profundamente o processo de acumulação de capital, tampouco o papel da realização da mais valia neste processo, e sim o significado que pode ser apreendido dos esquemas de reprodução para estas questões, e as possíveis razões que levaram a entendimentos tão diversos.

É evidente que para responder a estas questões é fundamental a exposição dos esquemas de reprodução e as posições expressas no debate sobre “os mercados”, que são objeto dos capítulos 2 e 3, respectivamente; no transcurso do estudo, adquirimos a convicção de que os aspectos metodológicos de Marx têm um significado especialmente importante para as questões focadas, como considera ROSDOLSKY:

Os conhecimentos metodológicos obtidos a partir do estudo dessa obra devem lançar nova luz sobre antigas questões em litígio na economia marxista, sobretudo no que diz respeito ao controverso problema dos esquemas da reprodução do segundo tomo de O Capital e do assim chamado problema da realização (2001, p. 371).

Por outro lado, a abordagem tópica do entendimento de Marx sobre as crises também teve que ser incorporada no estudo para elucidar as questões objeto deste trabalho; sem querer antecipar conclusões, as exposições de Marx sobre a *crise em abstrato* nos sugeriram uma analogia com a exposição dos esquemas de reprodução; de qualquer forma, alguns autores estudados neste trabalho consideram que os dois temas – *crises* e *esquemas de reprodução* – são partes da análise mais ampla sobre a acumulação de capital, como apontam Rosdolsky e Miglioli, respectivamente:

O segundo resultado importante de nossa investigação consiste na descoberta de que os esquemas da reprodução do segundo tomo só constituem uma fase – embora importantíssima – da análise marxiana do processo da reprodução social. Precisam ser complementadas pela teoria marxiana das crises e da derrocada. Depreende-se daí que esses esquemas só podem ser compreendidos no contexto geral da doutrina de Marx (Também neste caso, a idéia da totalidade se revela como metodologicamente decisiva) (2001, p. 419).

Como já dissemos, este livro pretende ser um estudo do pensamento marxista sobre a questão da demanda efetiva. Para ser um estudo mais abrangente do que realmente é, seria preciso alguns temas que foram deixados de lado. Entre eles destacamos o das crises econômicas.

As crises estão intimamente relacionadas com a realização da produção, a tal ponto que uma corrente do pensamento marxista as interpreta como sendo fundamentalmente crises de realização, isto é, momentos em que uma parte da

produção criada ou potencial não encontra mercados, não pode ser vendida, gerando as conhecidas mazelas das crises econômicas: queda do nível de atividades, aumento do desemprego, etc.. Assim, é difícil tratar do problema da realização sem falar das crises (MIGLIOLI, 1986, p. 5).

De forma que, para cercar nosso tema pelos seus principais aspectos, abordamos o método de Marx e as crises, respectivamente nos capítulos 1 e 4, deixando nossas conclusões gerais para a etapa final.

Este é um trabalho de síntese bibliográfica, e para apresentar as questões contidas nos capítulos 1 a 4, seguimos, mais ou menos rigidamente, a ordem de exposição dos autores-referência em cada capítulo (SWEEZY e CORAZZA no capítulo 1; MIGLIOLI e SWEEZY no capítulo 2; MIGLIOLI no capítulo 3; SWEEZY no capítulo 4), intercalando, em cada capítulo, a contribuição de outros autores e nossas próprias interpretações; o livro de Roman Rosdolsky, *Gênese e Estrutura de 'O Capital' de Karl Marx*, foi importante para nosso entendimento a respeito do conteúdo de todos estes capítulos; naturalmente, a obra de Marx permeia todo o trabalho.

Parafraseando Sweezy no Prefácio à sua *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, trata-se de “uma forma de apresentação pouco elegante”, porém adequada, cremos, às modestas pretensões deste trabalho de conclusão de graduação.

Antes de seguirmos adiante, consideramos oportuno esclarecer algo mais a respeito deste trabalho. Trata-se, como sabemos, de cumprir com um requisito para obtenção do título de “Bacharel em Ciências Econômicas”; devemos discorrer sob tema de livre escolha (dentro do âmbito da Ciência Econômica, obviamente), demonstrando suficiente domínio do instrumental teórico e técnico propiciado pelo desenvolvimento do Curso.

Este trabalho representou para nós, além do cumprimento deste requisito formal, a oportunidade de aprofundar nosso conhecimento sobre o pensamento econômico marxista, um paradigma teórico que apresenta, em nosso entendimento, um maior poder explicativo e de predição sobre a realidade; Florestan Fernandes, ao organizar a publicação de uma antologia de textos de Marx e Engels, reproduz na introdução um alerta sobre uma tendência dos marxistas (ressalvando que ele próprio evitou-a), feita por um dos “mais notáveis historiadores marxistas”, Eric Hobsbawm:

O marxismo, que é ao mesmo tempo um método, um corpo de pensamento teórico e um conjunto de textos considerados por seus seguidores como uma fonte de autoridade, sempre sofreu com a tendência dos marxistas de começar por decidir o que pensam que Marx deveria ter dito e depois procurar a confirmação nos textos, dos pontos de vista escolhidos (HOBSBAWM apud FERNANDES, 1983, p. 9).

Este alerta, em nosso caso, é desnecessário por dois motivos: primeiro, por não nos considerarmos como um *marxista*; declinar deste qualificativo não decorre de uma recusa em aceitar a validade deste corpo teórico (ao contrário, proclamamos nossa adesão no parágrafo anterior) e sim por confessarmos um conhecimento (ainda) insuficiente da teoria, seus postulados, hipóteses e conclusões, não tendo acumulado a leitura de uma *massa crítica* de literatura marxista que permita qualificar-nos como *marxista*; esta afirmação, que poderia ser debitada na conta de uma postura modesta destinada a granjear a simpatia e a condescendência dos avaliadores deste trabalho, contém, na verdade, uma crítica ao pouco espaço destinado ao estudo da teoria econômica marxista no Curso de Economia. Ou seja, não nos sentimos aparelhados para “*decidir o que [pensamos] que Marx deveria ter dito e depois procurar a confirmação nos textos, dos pontos de vista escolhidos.*”

O segundo motivo para o alerta de Hobsbawm ser desnecessário está contido no fato de que, neste trabalho, como poderemos verificar, nos limitaremos a apontar o que Marx *não* disse na exposição dos esquemas de reprodução, em outras palavras, o que não se pode concluir unicamente deles.

## 1 O MÉTODO DE MARX

Nosso tema não é o estudo da metodologia adotada por Marx no desenvolvimento de sua obra econômica; no entanto, teremos a oportunidade de verificar que alguns posicionamentos situados no âmbito do “debate sobre os mercados” (capítulo 3) decorrem de divergências a respeito do significado de uma parte da análise de Marx, que corresponde à formulação dos esquemas de reprodução, na sua relação com a totalidade da sua obra; ou seja, uma questão que pode ser melhor elucidada tendo a perspectiva do método aplicado por Marx para a investigação da realidade e sua exposição em *O Capital*.

Além deste *insight* a respeito da possível “chave” para a compreensão dos argumentos a respeito do “real” significado dos esquemas de reprodução, há o fato de que alguns autores consideram a questão do método como fundamental no entendimento de toda a construção teórica de Marx, posição com a qual nos alinhamos.

Paul Sweezy aborda, no primeiro capítulo da sua *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, “O Método de Marx”; e o faz, não obstante considerar que “a discussão da metodologia na Economia, como em outros assuntos, costuma ser cansativa e não-compensadora” (1985, p. 23); no entanto, ressalva:

No caso de Marx, é um ponto [a discussão da metodologia] dos mais importantes, pois muitas de suas contribuições novas e mais significativas são precisamente de caráter metodológico. Lukács, um dos mais penetrantes marxistas contemporâneos, chegou mesmo a afirmar que ‘a ortodoxia em questões de marxismo se relaciona exclusivamente com o método’ (SWEEZY, 1985, p. 23).

Rosdolsky, em sua obra “Gênese e Estrutura de *O Capital*”, em que analisa o “plano” da construção do “complexo edifício teórico de Marx” à luz proporcionada pela publicação de os *Grundrisse* (obra cujo principal interesse, para ele, consiste em aprofundar o entendimento da relação entre as obras de Marx e de Hegel), vai mais longe na ênfase da importância do método, ao afirmar que “depois da publicação dos *Grundrisse*, não será mais possível que os

críticos acadêmicos de Marx escrevam sobre sua obra econômica sem que antes tenham estudado seu método e sua relação com Hegel” (2001, p. 17); esta questão (o método), ainda na visão de Rosdolsky, não é, ordinariamente, considerada com a devida importância pelos autores e críticos marxistas:

Não há tema tratado com mais descuido pelos comentadores da teoria econômica de Marx do que o de seu método, e, particularmente, de sua relação com Hegel. O que se pode ler sobre isto ultimamente são, quase sempre, lugares-comuns que, para usar palavras de Marx, revelam apenas um ‘grosseiro interesse sobre o tema’ e mostram uma indiferença completa em relação ao método do próprio Marx.. Como se poderia caracterizar, por exemplo, um teórico em psicologia que se interessasse pelos resultados obtidos por Freud, mas rechaçasse como improcedente e até como ‘metafísica’ a questão de compreender a maneira como Freud chegou a tais resultados? Ele mereceria tão-somente um dar de ombros. Mas esta é a maneira como a maior parte dos atuais críticos e ‘conhecedores’ de Marx emitem opiniões sobre sua construção teórica em economia! Das duas, uma: ou se negam a tratar do método dialético de Marx, já que (como tanto agrada aos partidários da ‘teoria moderna’) se dizem contrários a toda metafísica (o que lhes traz a vantagem de que assim podem deixar de lado o estudo desse método), ou se limitam a duas frases bem-intencionadas, que teria sido melhor omitir. Isso vale até mesmo para um crítico tão destacado como Joseph A. Schumpeter (2001, p. 15-16).

GERMER (2003) credita a relevância do entendimento a respeito do método no desenvolvimento da teoria marxista não “[...] ao caráter genérico da relevância do método como momento essencial de toda pesquisa científica...” (p. 61), e sim ao fato de que este método está constituído sobre uma base filosófica (materialismo) acentuadamente distinta da base filosófica (idealismo) sobre a qual repousa a ciência não-marxista, segmento dominante no “*stablishment* científico das sociedades capitalistas”; esta predominância acarreta duas conseqüências: a projeção deste modo de pensar no “senso comum em geral”, concomitantemente com a dificuldade de apreensão (ou o que talvez seja pior, a apreensão distorcida) da filosofia e do método marxista; esta insuficiência precisa ser enfrentada com o aprofundamento das discussões a respeito do método marxista, e, considerando sua complexidade e “variedade de aspectos relevantes e ângulos de análise que comporta”, este aprofundamento deve dar-se na medida em que a produção científica sobre o tema tenha um foco, em cada abordagem, restrito a poucos aspectos da questão.

De forma que sentimo-nos justificados em introduzir aqui uma exposição de aspectos da metodologia empregada em *O Capital*; naturalmente, o próprio Marx escreveu a respeito, especialmente no texto “O Método da economia política”, inserto na *Introdução à Crítica da Economia Política* (MARX, 2003); deste texto, destacamos a exposição de um elemento metodológico fundamental, qual seja, o “caminho” a ser percorrido na apreensão científica da realidade: esta, a realidade concreta, é o ponto de partida e o ponto de chegada; neste

percurso, o primeiro movimento consiste em, partindo da representação percebida da realidade, o “concreto figurado” (que proporciona apenas uma “visão caótica do todo”), chegarmos, através da análise e da abstração, às determinações mais simples; o segundo movimento consiste em retornarmos, a partir destas determinações abstratas, à “reprodução do concreto pela via do pensamento”:

Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva; assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas. A primeira via foi a que, historicamente, a economia política adotou ao seu nascimento. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre por uma totalidade viva: população, Nação, Estado, diversos Estados; mas acabam sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor, etc. A partir do momento em que esses fatores isolados foram mais ou menos fixados e teoricamente formulados, surgiram sistemas econômicos que, partindo de noções simples tais como o trabalho, a divisão do trabalho, a necessidade, o valor de troca, se elevavam até o Estado, as trocas internacionais e o mercado mundial. Este segundo método é evidentemente o método científico correto. O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento (MARX, 2003, p. 247-248).

Sweezy (1985) divide sua exposição do método de Marx em considerações sobre “o uso da abstração” e o “caráter histórico do pensamento de Marx”.

No primeiro tópico, considera que Marx, surpreendentemente, à semelhança dos economistas clássicos e neoclássicos, é adepto do método abstrato-dedutivo, praticando o método de “aproximações sucessivas”, que consiste em passar do “mais abstrato para o mais concreto”, escoimando, a cada fase, pressupostos simplificadores, de forma que a teoria passe a dar conta cada vez mais dos fenômenos reais (Sweezy parece omitir o “primeiro passo” da exposição metodológica feita pelo próprio Marx, talvez por considerá-lo intrínseco).

A semelhança metodológica com clássicos e neoclássicos encerra-se, porém, na diferença quanto ao objeto da investigação; para Marx, este consiste em “desnudar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX apud SWEEZY, 1985, p. 24), que é nitidamente distinto do enunciado por diversos representantes destas escolas:

‘a natureza e causa da riqueza das nações’ (Adam Smith); ‘as leis que regulam a distribuição do produto da terra’ (Ricardo); ‘a ação do homem nas atividades habituais da vida’ (Marshall); ‘o preço e suas causas e corolários’ (Davenport); ‘o comportamento humano como uma relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos’ (Robbins) (SWEEZY, 1985, p. 24).

A definição do objeto da investigação, por sua vez, é que determina o que o que deve e o que não deve ser abstraído, princípio metodológico corretamente utilizado caso se tenha resposta afirmativa para três indagações a respeito das “suposições simplificadoras”: “1) Estão formuladas com a devida consideração do problema sob investigação? 2) Eliminam os elementos não-essenciais do problema? 3) Elas se detêm sem eliminar os elementos essenciais?” (SWEEZY, 1985, p. 29).

Em outro texto, SWEEZY enuncia a conexão “objeto/método”, o primeiro determinando o segundo:

De facto, as conclusões de um teórico dependem, antes de mais, não dos métodos que ele emprega, mas das questões que formula. Nota-se que não se trata de denegrir a importância dos métodos e das técnicas de investigação. No desenvolvimento da ciência, eles tiveram provavelmente um papel tão importante como o da teoria de base. Trata-se de facto de duas coisas intimamente ligadas: a teoria formula as questões, os métodos permitem dar-lhes respostas; as respostas ou sua ausência fazem com que sejam necessárias novas contribuições teóricas, e assim sucessivamente *ad infinitum* (1969, p. 8).

A evolução do pensamento de Marx, o delineamento preciso do objeto, suas “hipóteses-chaves”, o “fio condutor dos [seus] estudos”, foram expressos por ele próprio no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política*:

Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, à semelhança dos ingleses e franceses do século XVIII, compreende o conjunto pela designação de “sociedade civil”; por seu lado, a anatomia da sociedade civil deve ser procurada na economia política. [...] A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual



correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura (MARX, 2003, p. 4-5).

SWEEZY deduz, deste enunciado, que o principal interesse de Marx, o principal objeto de suas investigações, consiste no “processo de transformação social”, na “sociedade como um todo”; e adverte:

Devemos acentuar, já que o contrário tem sido afirmado com tanta freqüência, que Marx não procurava reduzir tudo a termos econômicos. Tentava, antes, descobrir as verdadeiras inter-relações entre os fatores econômicos e não-econômicos na totalidade da existência social (1985, p. 25).

Marx identifica no processo de desenvolvimento histórico a idéia de Hegel de “conflito de forças opostas ou contraditórias” (1985, p. 26); diferentemente de Hegel (que situa este processo no plano da “idéia”, ou do “espírito”), Marx situa este conflito nas disputas entre as classes presentes em cada modo de produção específico.

E chegamos ao segundo “tópico geral” da abordagem de Sweezy (1985), que consiste na ênfase ao “caráter histórico do pensamento de Marx”; “é [o método de Marx], em sua mais íntima essência, histórico” (LUKÁCKS apud SWEEZY, 1985, p. 29); sob este prisma, seus aspectos essenciais seriam: a realidade social é o próprio processo histórico, processo que, “[...] em princípio, não conhece finalidade nem ponto de parada”; sistemas sociais (modos de produção) saem de cena quando deixam de constituir fator de desenvolvimento das forças produtivas, tornando-se, ao contrário, empecilhos a este desenvolvimento; a transformação social não possui um caráter mecanicista, “[é] produto da atividade humana, mas atividade sem dúvida limitada pelo gênero de sociedade onde tem suas raízes” (p. 30); estas características do método marxista permitem situar o investigador de forma crítica ao modo de produção capitalista, considerado como transitório e suscetível de transformação, como todos aqueles que o precederam; considerando que a transformação social é “produto da atividade humana”, tal postura intelectual pode adquirir significado moral, ao levar a uma *praxis* de efetiva transformação social.

Corazza (2003), em um artigo intitulado *O caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx*, realiza uma exposição bem mais ampla que a de Sweezy, partindo do texto de Marx já referido aqui, *O método da Economia Política*; neste artigo, Corazza enfrenta, ou expõe, o que considera as

[...] questões metodológicas fundamentais, tais como o problema das relações entre o abstrato e o concreto, a indução e a dedução, o lógico e o histórico, o indivíduo e a sociedade e, finalmente, o problema das relações entre o plano das leis gerais abstratas do capital e o comportamento dos capitais concretos (2003, p. 44).

Elencar estas, e não outras, como questões “metodológicas fundamentais”, é precedido por uma delimitação de objeto que contém já “hipóteses básicas” a respeito do mesmo, qual seja:

Nosso estudo se orienta pela idéia de que a realidade social não é um aglomerado nem uma soma de partes isoladas, mas forma uma totalidade contraditória e dialética, e as determinações recíprocas entre essa totalidade e suas partes só podem ser analisadas e compreendidas através de um método que as leve em conta. Este método capaz de analisá-las e compreendê-las é o método dialético (2003, p.44).

Neste ponto da exposição de Corazza, consideramos oportuno uma breve reflexão: se “um método científico é um caminho para se chegar ao conhecimento de uma determinada realidade”, e a “definição do método do conhecimento não é independente da definição do objeto do conhecimento”, questionamos: mas não é o objeto justamente a “determinada realidade” em si? Como podemos ter “muitos objetos e muitos métodos na ciência econômica” (p. 43), partindo de uma realidade dada? Longe de questionar esta formulação, ao contrario, aderindo completamente a ela, ponderamos que a definição, a delimitação do objeto de uma investigação científica, a partir da “realidade em si”, obrigatoriamente contém elementos de uma percepção *a priori* desta realidade por parte do investigador, percepção esta condicionada por sua formação, seu ponto de vista particular, suas experiências, sua posição social, preconceitos, etc.; isto é o que, em nosso entendimento, explica o fato de que embora a “realidade em si” seja uma só (os fenômenos econômico-sociais), existam objetos e métodos tão distintos entre os que se dedicam à chamada Ciência Econômica; ou seja, qualquer definição de objeto, em economia política (talvez em toda a ciência) já se daria a partir de um “concreto pensado”, consistindo o processo de conhecimento científico num alargamento e aprofundamento do método já presente nas primeiras percepções da realidade a que qualquer investigador propõe estudar. De qualquer forma, consoante com esta necessidade de conhecer

a perspectiva a partir da qual o cientista empreende sua investigação, Corazza traça um panorama da formação de Marx, identificando as “fontes do seu pensamento”, que seriam a “filosofia clássica alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa”; para as questões metodológicas, é especialmente importante considerar a influência sobre Marx do “sistema filosófico hegeliano”, sintetizado da seguinte forma: o mundo material e a história humana constituem totalidade contraditória em permanente desenvolvimento de estágios materiais inferiores para estágios espirituais superiores; a história é processo de desenvolvimento do espírito, movido pela luta interna das contradições inerentes a essa totalidade, conflito compreendido em três momentos: tese (afirmação), antítese (negação) e síntese (união das duas fases anteriores num estágio superior); este método de pensar “dialético” é assumido por Marx, substituindo sua base idealista por uma base materialista.

Corazza divide, por questões de análise ou de didática, o método de Marx em dois momentos distintos, “[...] o caminho de ida do concreto real empírico ao abstrato” (didaticamente corresponderia ao estágio da “investigação”), e “o caminho de volta do abstrato ao concreto reconstruído pelo pensamento, o concreto pensado” (estágio da “exposição”); no processo de investigação, estes “estágios” não são separados, constituem uma unidade, “as duas faces de um mesmo método de conhecimento”, ou, em outras palavras, “Essa forma mais elevada, que une organicamente em si mesma a análise dos fatos com a análise dos conceitos, é precisamente a forma que passa do abstrato ao concreto de que fala Marx. É a única forma lógica de desenvolvimento do conhecimento que corresponde à natureza real do objeto” (ILIENKOV apud CORAZZA, 2003, p. 48-49); a seqüência de exposição divide-se em 4 tópicos e uma conclusão, que seguiremos nesta síntese:

1) “O método de investigação” (o caminho de ida do concreto ao abstrato): o ponto de partida é “a realidade concreta, empírica, sensorial, histórica”, a partir da qual são feitas as experiências sensoriais, coleta-se as informações básicas, são elaboradas as primeiras induções, analisa-se os dados, define-se o que selecionar e abstrair, faz-se as perguntas e formula-se as primeiras hipóteses; neste processo, é fundamental fazer a “boa abstração”, ou seja, definir o que é essencial e o que é secundário como elemento explicador da realidade investigada; o método dialético permite “superar a clássica oposição entre método indutivo e o método dedutivo”, uma vez que não são independentes entre si, constituindo momentos do mesmo processo de conhecimento:

De um lado, não é possível um conhecimento indutivo puro, pois a indução não se resume a uma mera análise de dados empíricos; não se pode ir do particular ao geral, sem que se tenha de antemão uma ‘geral’ do particular; é

impossível fazer tabula rasa da mente ou se ter uma consciência vazia para analisar os fatos empíricos; não se podem captar fatos sem uma determinada concepção dos mesmos, ou seja, os fatos não são fotografados pela mente, mas se expressam em conceitos, os quais resultam de processos de elaboração mental bem mais complexos que uma imagem fotográfica. Por isso a intuição do fato sem seu significado e a indução sem idéia são pura ficção.

De outro lado, assim como não há fatos puros, também não há pensamentos puros. A dedução não é mera análise de conceitos, de suas determinações internas, não é a simples exposição de conhecimentos já adquiridos, mas implica criação de novos conhecimentos. A dedução envolve também um momento empírico ou um momento indutivo. Não se pode ir do geral ao particular sem antes ter ido do particular ao geral. As novas determinações obtidas pela dedução resultam não apenas da análise de conceitos, mas também de uma análise mais rigorosa dos fatos empíricos (CORAZZA, 2003, p. 48).

2) “O método de exposição ou o ‘caminho de volta’”: a abstração, “instrumento pelo qual o pensamento se apropria da realidade”, ao retirar do todo, pelo pensamento, as partes (fenômenos isolados), é insuficiente para “revelar a verdadeira natureza do objeto da Economia Política”; este conhecimento “só é possível se as partes, abstraídas do todo pelo pensamento, forem rearticuladas ao todo concreto”, o que consiste em fazer o “caminho de volta”, permitindo descortinar a totalidade do fenômeno, abrangendo a compreensão desta totalidade a compreensão de suas “determinações e relações diversas”; este processo, aqui dividido em sua exposição, constitui, como já afirmado anteriormente, um único método de conhecimento da realidade:

Essas atividades de abstrair as partes, e de reconstruir o todo concreto, constituem um único processo teórico do conhecimento: ir do concreto real ao abstrato, e deste a o concreto concebido pelo pensamento, forma um único processo, cujos momentos se implicam mutuamente, cada um dos quais se realiza através do outro. O momento da abstração aparece como momento que se apaga e se realiza no momento seguinte, o momento dominante, que vai do abstrato ao concreto. Por isso, ir do abstrato ao concreto, como diz Marx, sem ir, ao mesmo tempo, do concreto ao abstrato, fazendo a crítica das abstrações, levaria a um conjunto vazio de abstrações; mas, por outro lado, ir do concreto ao abstrato, ao azar, sem hipótese, também não leva a uma teoria, mas apenas a um conjunto de abstrações desordenadas; por esse motivo, as abstrações devem ser feitas a partir de um princípio unificador, uma pressuposição da existência e uma determinada concepção do todo; cada passo da análise e da abstração deve ter em conta, desde o começo, esse todo, que ultrapassa a intuição e a representação; análise (abstração) e síntese (concreção) formam um único método do conhecimento (CORAZZA, 2003, p. 52).

3) “O lógico e o histórico”: examina-se aqui, em nosso entendimento, a seguinte questão: a investigação e a exposição das categorias econômicas deve corresponder ao processo histórico real? O entendimento do significado de uma dada categoria numa dada formação econômico-social deve ser apreendido através do estudo de sua evolução histórica desde o momento de seu surgimento? Mais do que isto, a relevância desta categoria para esta

formação econômico-social específica (no caso, o modo de produção capitalista) deve ser determinada pela sua relevância numa ordem histórica?

Marx afirma que não:

Seria portanto impossível e errado classificar as categorias econômicas pela ordem em que foram historicamente determinantes. A sua ordem é pelo contrário determinada pelas relações que existem entre elas na sociedade burguesa moderna e é precisamente contrária ao que parece ser a sua ordem natural ou ao que corresponde à sua ordem de sucessão no decurso da evolução histórica. Não está em questão a relação que se estabeleceu historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diferentes formas de sociedade. Muito menos a sua ordem de sucessão ‘na idéia’ (Proudhon) (concepção nebulosa do movimento histórico). Trata-se da sua hierarquia no quadro da moderna sociedade burguesa (MARX, 2003, p. 257).

Ou seja, ao estudarmos uma dada formação econômico-social, a ordem e a hierarquia em que cada categoria é investigada e apresentada não deve decorrer da ordem de seu surgimento histórico, e sim de sua posição de dominação nesta formação específica. “Por conseqüência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro” (MARX, 2003, p. 249).

Pode ocorrer inclusive que o entendimento do significado de uma dada categoria, no contexto de seu surgimento histórico, somente se dê a partir do entendimento desta categoria quando ela se expresse numa formação econômico-social mais desenvolvida e complexa:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada que existe. Por este fato, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura permitem ao mesmo tempo perceber a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos ela se edificou, de que certos vestígios, parcialmente ainda não apagados, continuam a subsistir nela, e de que certos signos simples, desenvolvendo-se nela, se enriqueceram de toda a sua significação. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. Nas espécies animais inferiores só se podem compreender os signos denunciadores de uma forma superior quando essa forma superior já é conhecida. Da mesma forma a economia burguesa nos dá a chave da economia antiga, etc. Mas nunca à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa (MARX, 2003, p. 254).

A necessidade de situar o entendimento de uma categoria no contexto da formação econômico-social em que ela se expressa, mesmo que ela esteja presente historicamente em várias formações sociais anteriores, não pode ser relaxada sequer para as categorias “mais abstratas”:

Este exemplo do trabalho mostra com toda a evidência que até as categorias mais abstratas, ainda que válidas – precisamente por causa da sua

natureza abstrata – para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta mesma abstração, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições e no quadro destas (MARX, 2003, p. 253).

O “exemplo do trabalho” referido nesta citação de Marx pode ser assim sintetizado: a abstração consistida pela “idéia” de trabalho como trabalho em geral é das mais antigas na teoria econômica; devemos este avanço a Adam Smith, que desconsidera “[...] toda a determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas estas formas de trabalho no seu caráter comum” (MARX, 2003, p. 252); no entanto, a utilização efetiva e prática desta abstração (ou seja, a indiferença em relação a qualquer trabalho em particular) somente pode se dar pressupondo-se a existência

[...] de uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho reais, dos quais nenhum é absolutamente predominante. Assim, as abstrações mais gerais só nascem, em resumo, com o desenvolvimento concreto mais rico, em que um caráter aparece como comum a muitos, como comum a todos. Deixa de ser possível deste modo pensá-lo apenas sob uma forma particular (MARX, 2003, p. 252),

e também pressupondo-se a existência de uma sociedade em que os indivíduos podem cambiar de um trabalho para outro facilmente; no entanto, mesmo assim, é fundamental ter em mente o contexto efetivo da formação econômico-social em que a categoria está inserida (Marx ressalta a diferença entre a mobilidade dos trabalhadores nos EUA, “a forma de existência mais moderna das sociedades burguesas”, que se apresenta como produto histórico, e a “sujeição tradicional” dos russos “para se deixar empregar em todos os trabalhos”); dito de outra forma, em uma carta de Marx dirigida à Engels, a respeito do plano de *O Capital*, “as determinações mais abstratas, quando examinadas com mais cuidado, indicam sempre uma base determinada, concreta, histórica (como é natural, uma vez que dela foram deduzidas nesta determinação)” (MARX, 1975, p. 136).

Corazza, a cuja exposição nos reportamos, e que guiou esta incursão ao *O Método da Economia Política*, formulou a questão nestes termos: “Trata-se aqui de saber em que medida o processo do conhecimento, que vai do mais simples, do abstrato, ao mais complexo e concreto, corresponde ao processo histórico real, ou ainda se a ordenação lógica das categorias econômicas corresponde à mesma ordem do seu surgimento histórico” (2003, p. 53); e conclui:

Portanto, retomando a questão inicial deste item, o processo lógico do conhecimento não segue, nem reproduz, necessariamente, em todos os seus detalhes, o processo histórico real. Ele segue a lógica do desenvolvimento histórico, corrige e reconstrói o curso da história de acordo com a lei e a lógica interna dos fenômenos, o que implica que nem sempre se segue estritamente a linha do desenvolvimento histórico real. Neste sentido, como afirma Rosental: ‘Não se trata de desnaturalizar o curso da história, mas de conferir-lhe uma compreensão maior, mais profunda, não para separar o lógico do histórico, mas para revelar melhor sua unidade’ (2003, p. 54).

4) “O geral e o particular”: Corazza examina, aqui, a propriedade do método dialético de Marx “explicar a relações específicas entre a realidade total e as partes que a compõem.” (2003, p. 55); duas relações deste tipo, consideradas especialmente importantes, foram focadas: indivíduos no contexto das relações sociais, e capital em geral e capitalistas individuais.

Na primeira relação “parte/todo” abordada, a relação entre o indivíduo e o conjunto social, parte-se do entendimento de que “O homem não é homem porque portador de uma ‘essência humana abstrata’, e sim porque representa o conjunto das suas relações sociais” (CORAZZA, 2003, p. 55); a uma visão de indivíduos isolados, um ser “natural” (produzido pela natureza), visão expressa na ficção do “caçador” e do “pescador” de Smith e Ricardo tomados como ponto de partida da Economia Política, contrapõe-se a visão de Marx, que parte não do indivíduo isolado, mas de “[...] os indivíduos produzindo em sociedade”, da “produção dos indivíduos determinada socialmente”; ou seja, o homem e sua atividade na produção tem de ser compreendido “[...] no marco de relações sociais determinadas [...]” (2003, p. 56).

Esta fase do argumento, do entendimento desta relação totalidade/parte, pode ser expressa pelo trecho a seguir, pinçado do célebre prefácio de Marx à *Contribuição da Economia Política*, já citado neste trabalho de forma mais ampla:

O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 2003, p. 5).

Estas afirmações, segundo Corazza, podem levar à conclusão “[...] de que o todo das relações sociais anula completamente as ações e o poder de iniciativa de suas partes, os indivíduos – ‘as leis naturais da produção capitalista atuam e se impõem como necessidade férrea’ (2003, p. 56); e, em nosso entendimento, estas formulações a respeito da relação parte/todo (indivíduo/sociedade) nem sempre foram compreendidas dialeticamente, e estão na base das críticas que consideram o marxismo, por um lado, redutor do homem a uma única

dimensão (econômica), e, de outro, redutor do homem a um autômato destituído de vontade; esta percepção, ainda que superficial, foi ajudada pela ênfase dada por Marx nos condicionamentos sociais (e, dentre estes, os ligados à *infraestrutura* econômica), expressa como crítica e contraposição às concepções então vigentes (então?) de que a *evolução abstrata* da consciência humana, a evolução da *idéia* desvinculada do substrato material da existência é que protagoniza a história, o devir social; enfatizando o papel das relações sociais no condicionamento do indivíduo, talvez tenha ficado em segundo plano a interdependência presente nesta relação, expressa nas assertivas a seguir (MARX apud CORAZZA, 2003):

as relações sociais tanto produzem o ser social dos indivíduos, como são por eles produzidas. Existe uma ação recíproca e autocondicionante entre ambos [...] (p. 56);

[...] nem os indivíduos podem ser concebidos sem suas relações sociais, nem estas sem os indivíduos; estes não são apenas suportes, mas também sujeitos de suas relações sociais; existe aqui uma permanente in(ter)versão entre sujeito e objeto, entre o indivíduo e suas relações sociais. O indivíduo tanto cria suas relações, quanto é por elas criado (p. 57);

as circunstâncias fazem os homens da mesma forma que os homens fazem as circunstâncias (p. 57).

À crítica da “redução economicista” já Engels se contrapunha:

Se alguém tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante converterá aquela tese em uma frase vazia, abstrata, absurda. ... O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico, etc., apóia-se no desenvolvimento econômico. Mas todos eles também repercutem uns sobre os outros e sobre a base da necessidade econômica, que se impõe sempre, em **última instância** (ENGELS apud HARNECKER, 1979, p. 97).

Corazza sintetiza: “Marx não nega que ‘os homens façam sua própria história’; o que ele diz é que eles ‘não a fazem como querem’, pois não atuam num mundo determinístico, tampouco num mundo vazio de determinações, mas sim num estruturado universo de relações sociais” (2003, p. 57).

Confiando que o exagero e o humor possam comunicar idéias, por vezes, tão bem quanto o discurso científico, lembramos aqui as palavras de Millor Fernandes num de seus célebres *hai-kais* publicados na Revista Veja na década de 1970: “*De que vale nascer com talento de violinista numa tribo que só conhece a percussão?*”.

A segunda relação “todo/parte” destacada por Corazza é aquela constituída pelo “problema das relações entre o capital e os muitos capitais”; a compreensão desta relação precisa ter em conta a “substância comum de que participam todos: o **ser capital** [grifo



nosso].”; esta substância comum consiste na concretude do capital como “relação social e histórica”, como “movimento objetivo”, como “processo de acumulação e reprodução”; esta “natureza de ser capital” se impõe aos capitais particulares, dando-lhes a direção de seu movimento, “sentido às [suas] decisões”.

5) “Conclusão: o todo concreto como resultado”: o concreto, ponto de partida da intuição e da representação, ressurgue como totalidade concebida pelo pensamento, “explicitadas suas leis internas e suas articulações na estrutura do todo”:

Dessa forma, conhecer a realidade não é apenas abstrair as partes do todo, para conhecer suas leis internas, como fizeram os economistas clássicos, mas reproduzi-lo conceitualmente. O conceito, como o próprio nome indica (conceptus), é o real concebido. Conhecimento teórico de uma realidade não é nem conhecimento prático-sensível, nem contemplação, mas atividade de ‘re-criação’ da realidade (CORAZZA, 2003, p. 59).

Findada esta exposição panorâmica sobre as questões do método em Marx, podemos pinçar alguns aspectos que consideramos especialmente relevantes para o nosso trabalho, de forma a contribuir ou possibilitar nossas conclusões no final deste pequeno estudo.

## 1.1 O OBJETO DE MARX

O objeto das investigações de Marx consiste em “desnudar a lei econômica do movimento da sociedade moderna”; Marx foca o “processo de transformação social” e a “sociedade como um todo”; ou seja, o paradigma teórico marxista pressupõe a existência do conflito, a existência de forças que tendem a levar ao desequilíbrio: “O mundo em que vivemos não é um mundo que harmonize os interesses, que tenda para um equilíbrio e que mude de uma maneira gradual. É antes um mundo dominado por conflitos de interesses, tendências para o desequilíbrio e por rupturas periódicas na continuidade do desenvolvimento” (SWEEZY, 1969, p. 8).

## 1.2 O CAMINHO DE IDA E O CAMINHO DE VOLTA

Expusemos aqui o uso da abstração, e o que SWEEZY chamou de “aproximações sucessivas”; ou seja, é fundamental levar em conta esta questão ao analisarmos qualquer momento da exposição em *O Capital*, tendo muito cuidado em não retirar pressupostos

simplificadores sem que estes tenham sido retirados pelo próprio Marx; “o concreto é a síntese de múltiplas determinações”; ou seja, há que ter cuidado para não confundir *uma destas determinações com a própria síntese*.

### 1.3 VISÃO TOTALIZANTE

A importância do “todo” já fica estabelecida pelo objeto, a lei de movimento da sociedade, a “sociedade como um todo”; toda a exposição metodológica de Marx evidencia esta visão, o entendimento do “predomínio multifacético e determinante do todo sobre as partes” (LUCKÁKS apud ROSDOLSKY, 2001, p. 40); qualquer conclusão “definitiva” a partir da exposição de quaisquer partes de *O Capital* só pode ser tentada quando emerge da investigação a visão do todo.

### 1.4 O CARÁTER NÃO MECANICISTA OU DETERMINÍSTICO DA HISTÓRIA

A expressão de que “o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral” juntamente com a descoberta de “leis de movimento” não implica em concluir que o processo histórico é determinístico; não se pode deduzir das “leis de movimento” um transcurso histórico concreto e inevitável: é o próprio Marx que contesta esta simplificação de sua visão; reproduzimos aqui dois trechos de sua carta ao Diretor do *Otyecestvenniye Zapisky*:

Sente-se obrigado a transformar o meu esboço histórico da gênese do capitalismo no Ocidente europeu numa teoria histórico-filosófica da marcha geral que o destino impõe a qualquer povo, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que se encontre, para poder chegar finalmente à forma de economia que lhe assegure, conjuntamente com a maior expansão das forças produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem. Mas eu peço ao meu crítico que me desculpe. (Honra-me e ao mesmo tempo envergonha-me demais) (MARX, 1975, p. 173).

Portanto, acontecimentos notavelmente análogos mas em meio históricos diferentes conduzem a resultados totalmente diversos. Estudando separadamente cada uma destas formas de evolução e comparando-as depois, pode facilmente encontrar-se a chave deste fenômeno, mas nunca se poderá fazê-lo mediante o passaporte universal duma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica (MARX, 1975, p. 174).

Nosso objeto é entender o que se pode e o que não se pode deduzir a respeito do problema da realização da produção, a partir dos esquemas; estes aspectos metodológicos introduzidos na discussão instrumentalizarão-nos para avaliar a exposição a seguir dos esquemas: qual o nível de abstração em que foram formulados, a que estágio correspondem (caminho de ida, caminho de volta), sua posição em relação ao objeto (leis de movimento, a transformação, etc.).

## 2 OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO DE MARX

Apresentamos, neste capítulo, os esquemas de reprodução, guiando-nos pela estrutura da exposição de Miglioli (1986), esta, por sua vez, bastante símile em muitos aspectos à apresentada por Paul Sweezy em sua obra clássica *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*.

Miglioli principia por expor a questão da reprodução e acumulação do capital individual, estabelecendo os conceitos básicos para, na seqüência, examinar a reprodução e acumulação do capital social. O estudo tem início na exposição do circuito do capital-dinheiro.

### 2.1 O CIRCUITO DO CAPITAL-DINHEIRO

Supõe-se um capitalista na esfera da produção (por exemplo, a indústria), que detém um montante  $D$  de dinheiro; com este dinheiro, o capitalista adquire mercadorias num montante  $M$ , as quais, após submetidas a um processo de produção, são vendidas no mercado por um montante  $M'$ , sendo  $M'$  maior que  $M$ .

Este circuito pode ser expresso da seguinte forma:

$$D \rightarrow M \rightarrow D', \text{ sendo } D = M < D'$$

A diferença entre  $D'$  e  $D$  corresponde à mais-valia, que decorre do processo de produção capitalista, gerada pela força de trabalho, que é um dos componentes de  $M$ : as mercadorias que entram no processo de produção podem ser decompostas em duas grandes categorias, quais sejam, meios de produção (o capital constante, doravante denominado  $C$ ), e

a força de trabalho (o capital variável, doravante denominado V); então, temos que  $D = M = C + V$ .

Ou seja, ao comprar meios de produção e força de trabalho num montante M, o capitalista obtém, após o conseqüente processo de produção, mercadorias distintas das originariamente aportadas ao processo, as quais, após sua realização no mercado, geram um novo capital-dinheiro num montante M': a diferença  $M' - M = P$  (denominamos P a mais-valia ou lucro) se explica pelo fato de que a força de trabalho V é adquirida pelo seu valor (ou seja, a quantidade de trabalho necessária para a reprodução desta mercadoria), e não pelo valor que ela (força de trabalho) incorpora à mercadoria criada.

Aqui, convém evidenciar algumas relações importantes:

- (a) Taxa de mais-valia  $\rightarrow P/V$  (relação entre montante de mais-valia P e montante de salários ou capital variável V);
- (b) Taxa de lucro  $\rightarrow P/(C+V)$  (relação entre montante de mais-valia, ou lucro P, e o capital total empregado na produção);
- (c) Composição orgânica do capital  $\rightarrow C/V$  (relação entre o capital constante e o capital variável empregados na produção).

Em síntese: neste circuito, o capital-dinheiro D se transforma em capital-mercadoria M (constituído por meios de produção e força de trabalho); submetidos a um processo, força de trabalho e meios de produção geram novas mercadorias, qualitativamente distintas, as quais, realizadas no mercado, geram um novo montante D' de capital dinheiro; considerando-se a transformação operada pelo processo de produção, o circuito capital-dinheiro pode ser mais corretamente expresso da seguinte forma:

$D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$ , onde M' corresponde às novas mercadorias geradas.

Levando em conta que o processo de produção não se encerra ao completar-se um circuito, sendo, ao contrário, contínuo, onde um dado capital, ao completar um circuito, inicia outro, decorrem três possibilidades, de um circuito para outro, seja para o capital social, seja para o capitalista individual; estas possibilidades consistem em (1) o volume de capital manter-se inalterado (Reprodução Simples), (2) o volume de capital crescer (Reprodução Ampliada), e, até mesmo, (3) o volume de capital decrescer.

No primeiro caso, o capitalista volta a aplicar, em um novo circuito, apenas o capital D, igual ao aplicado no circuito anterior; no segundo caso, parte da mais-valia P obtida no circuito anterior é incorporada ao capital no circuito seguinte; no terceiro caso, é aplicado no novo circuito um capital menor que o capital D aplicado no circuito anterior.

## 2.2 A REPRODUÇÃO AMPLIADA E A ACUMULAÇÃO COMO FORÇA MOTRIZ DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Marx considera as situações (1) e (3) exceções no processo de produção capitalista, que teria a acumulação, ou seja, o processo de Reprodução Ampliada, como uma de suas características fundamentais: a acumulação consiste numa necessidade imposta pela concorrência; Miglioli afirma:

Ou seja, cada capitalista se vê obrigado a acumular capital, expandir sua produção, para fazer face à concorrência de outros capitalistas; assim não fazendo, ele tenderá a ser expulso do mercado. Portanto, em decorrência das próprias leis do capitalismo (no caso a competição entre as empresas), a acumulação de capital se apresenta não como uma opção, mas como uma necessidade para cada capitalista. Neste sentido, o processo de Reprodução Ampliada do capital se torna o processo normal, característico, do sistema capitalista (1982, p. 80).

Sweezy constata que:

A conclusão inevitável é que a Reprodução Simples encerra uma abstração do que é mais essencial no capitalista, ou seja, sua preocupação em aumentar o capital. Ele realiza isso convertendo uma parte – freqüentemente a maior – de sua mais-valia em capital adicional. Esse capital aumentado possibilita, então, que ele se aproprie de ainda mais-valia que ele por sua vez transforma em novo capital adicional, e assim por diante. Esse processo é conhecido como acumulação de capital e constitui a força motora do desenvolvimento capitalista (1985, p. 74).

E, citando Marx, atribui esta compulsão por acumular como resultante da concorrência:

O desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário continuar aumentando a quantidade de capital despendido em um determinado empreendimento industrial, e a concorrência faz com que as leis imanentes da produção capitalista sejam sentidas por todo capitalista na forma de leis externas coercitivas. Ela o obriga a expandir constantemente seu capital, a fim de preservá-lo, mas expandi-lo não pode, exceto por meio da acumulação progressiva (MARX apud SWEEZY, 1985, p. 75).

Estabelecidas a análise do circuito capital-dinheiro, a lógica da reprodução capitalista sob o ponto de vista do capital individual, e a acumulação como necessidade intrínseca ao sistema, devemos partir para a exposição da reprodução da totalidade do capital social, pois

[a]gora não podemos mais contentar-nos, como na análise do valor do produto do capitalista individual, com o *pressuposto* de que o capitalista individual pode converter em dinheiro os componentes de seu capital, vendendo seu produto-mercadoria, e em seguida reconvertê-los em capital produtivo, readquirindo no mercado os elementos de produção. Esses elementos de produção, enquanto consistem em coisas, constituem parte do capital social, do mesmo modo que o produto individual acabado que se troca e é substituído por eles. Por outro lado, o movimento da parte do produto-mercadoria social, consumida pelo trabalhador ao despende o salário e pelo capitalista ao despende a mais-valia, constitui não só elemento integrante do movimento do produto global, mas também se entrelaça com o movimento dos capitais individuais, e, para explicar sua ocorrência, não basta simplesmente pressupô-la (MARX, 1998, Livro 2, p. 446).

Antes de apresentarmos os esquemas de reprodução, faz-se necessário um preâmbulo importante: ao examinar a reprodução do capital individual, desprezava-se a composição material da produção: os distintos valores-de-uso que poderiam ser gerados não importavam na análise, que partia do pressuposto de que o capitalista individual encontrava no mercado como reconverter em capital-mercadoria o capital-dinheiro obtido num dado circuito, assim como em bens de consumo a parte da mais-valia destinada a esta finalidade; e o trabalhador encontrava os bens de consumo para converter o salário recebido. MARX assim expõe a questão:

Quando examinamos, do ponto de vista individual, a produção do valor e o valor dos produtos do capital, não importava, para a análise, a forma específica do produto-mercadoria, consistisse ela em máquinas, trigo ou espelhos. Qualquer exemplo, tirado de qualquer ramo, poderia servir de ilustração. Tínhamos de nos ocupar com o próprio processo direto de produção, que se apresenta sempre como processo de um capital individual. Como se tratava da reprodução do capital, bastava supor que, dentro da esfera da circulação, a parte do produto-mercadoria, que representa valor-capital, encontrava oportunidade de reconverter-se em seus elementos de produção e retornar assim a sua figura de capital produtivo, do mesmo modo que era suficiente supor que trabalhador e capitalista encontravam no mercado as mercadorias em que despendem salário e mais-valia. Essa maneira puramente formal de apresentar as coisas não serve mais para o estudo da totalidade do capital social e do valor de seu produto. A reversão a capital de parte do valor dos produtos, a transferência de outra parte para o consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora, constituem movimento dentro do próprio valor dos produtos em que resultou a totalidade do capital; e esse movimento é uma reposição tanto de valor quanto de matéria, sendo assim condicionado pelas relações recíprocas entre os componentes do valor do produto social e ainda pelo valor-de-uso desses componentes, por sua configuração material (1998, Livro 2, p. 447).

Ou seja, para a análise da reprodução da totalidade do capital social, é importante ter em conta o que MIGLIOLI chamou de “Condições Materiais da Reprodução” (1986, p. 80); estas condições consistem na composição material, nas formas de valor-de-uso que devem assumir as mercadorias para que ocorra efetivamente a reprodução, tanto em escala simples como ampliada; e, considerando que “partimos, então, do fato indubitável de que a acumulação envolve um aumento na procura de força de trabalho” (SWEEZY, 1985, p. 77), examinar as condições da oferta da força de trabalho faz parte da investigação a respeito das “Condições Materiais da Reprodução”.

### 2.3 A ACUMULAÇÃO (REPRODUÇÃO AMPLIADA) E A OFERTA E DEMANDA DA FORÇA DE TRABALHO

A acumulação de capital requer um aumento de aplicação de capital constante e de força de trabalho no circuito subsequente, em relação ao circuito anterior; como a Reprodução Ampliada é a forma característica do sistema capitalista, é de supor uma tendência para a crescente incorporação de força de trabalho, tendência que pode fazer com que o preço desta singular mercadoria (força de trabalho) afaste-se do seu valor, estreitando a diferença entre seu valor e o valor da mercadoria produzida pela força de trabalho (ou seja, a mais-valia). Como a lógica da acumulação capitalista depende da produção de mais-valia, este estreitamento pode constituir-se num entrave para a acumulação, e, por vezes, efetivamente o constitui. A questão, neste momento, poderia ser colocada nestes termos: se há uma tendência para uma crescente ampliação da força de trabalho, e esta tendência, por sua vez, leva à tendência de o preço da força trabalho aumentar, afastando-se do seu valor, reduzindo a taxa de mais valia até o limite de sua supressão, de que forma estes fatores combinados não levam ao colapso do sistema?

Antes de verificar como Marx respondeu a esta questão, ou melhor, quais foram as “contra-tendências” por ele identificadas, cabe uma pequena digressão: no que consiste a “singularidade” da mercadoria força de trabalho? A primeira, naturalmente, consiste no fato de ser esta a mercadoria que produz valor, ou seja, ela incorpora na mercadoria produzida por ela um valor maior do que o seu próprio; a outra singularidade, mais pertinente à questão ora examinada, consiste em que, para a força de trabalho, não ocorre o ajuste que ocorre nas demais mercadorias quando, por força de um aumento de procura, o preço da mercadoria aumenta, afastando-se do seu valor. Para todas as demais mercadorias, o ajuste consiste na



atração de capitais para um determinado ramo ou indústria cuja mercadoria tenha seu preço elevado por uma oferta insuficiente, ajustando, conseqüentemente, esta oferta, e reduzindo novamente o preço ao valor. Com a mercadoria força de trabalho isto não ocorre. Sweezy torna clara a questão:

Tendo exposto assim o princípio geral, somos imediatamente impressionados por um fato notável: a força de trabalho não é uma mercadoria comum! Não há capitalistas que possam produzi-la, quando seu preço se eleva. De fato, não existe uma “indústria da força de trabalho” no sentido em que existe uma indústria de tecidos de algodão. Só numa sociedade escravista, como a do sul dos Estados Unidos antes da Guerra Civil, onde a criação de escravos existia com o objetivo de lucro, se pode falar adequadamente de uma indústria de força de trabalho. No capitalismo de modo geral, o mecanismo equilibrador da oferta e procura está ausente no caso da força de trabalho (1985, p. 77).

Afastada a possibilidade de que os mecanismos de regulação de oferta e procura venham ajustar a oferta de força de trabalho às necessidades da acumulação de capital, voltamos à questão: o que explica o fato do sistema não entrar em colapso, ordinariamente?

Afastando com desprezo às teorias malthusianas da população e suas variantes (ver SWEEZY, 1985, p. 78), Marx identifica “contra-tendências” que atuam no sentido de manter os salários iguais ao valor da força de trabalho. Estas “contra-tendências” geram a constituição do que Marx chamou de “Exército Industrial de Reserva”, um excedente populacional relativo às necessidades de acumulação de capital. Este excedente é criado pelo próprio processo de acumulação, por efeitos distintos: a concentração e a centralização do capital fazem com que um grande contingente de pequenos proprietários rurais e urbanos sejam desapropriados dos seus meios de produção e lançados no mercado de trabalho; por outro lado, a acumulação é acompanhada por uma crescente composição orgânica do capital, ou seja, a força de trabalho é crescentemente substituída por máquinas, tanto em decorrência da concorrência entre os capitalistas, como da própria competição entre o capital e a força de trabalho (MIGLIOLI, 1982, p. 83, 84, 85).

Estas são as contra-tendências que, ao contraporem-se à crescente necessidade de incorporação de força de trabalho, permitem ao sistema capitalista “[...] manter uma força de trabalho potencial suficiente grande para não criar obstáculos ao processo de Reprodução Ampliada, de acumulação de capital” (MIGLIOLI, 1982, p. 86).

Estas contra-tendências, no entanto, nem sempre garantem um equilíbrio entre salários e mais-valia adequado às necessidades da acumulação de capital, pois “[...] com a acumulação e o desenvolvimento da produtividade do trabalho que o acompanha, a capacidade de expansão súbita do capital também aumenta” (MARX apud SWEEZY, 1985, p.

80); um incremento agudo e rápido da acumulação determina forte pressão sobre o “exército industrial de reserva”, aumentando o preço da força de trabalho a um nível em que a mais-valia pode de fato diminuir drasticamente; no entanto:

Mas tão logo essa diminuição chega ao ponto em que o trabalho excedente que alimenta o capital já não é fornecido em quantidade normal, inicia-se uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se reduz, e o movimento de elevação dos salários é sustado (MARX apud SWEEZY, 1985, p. 81).

Esta é, na visão de Sweezy, uma das causas fundamentais das crises e depressões, as quais teriam, assim como o aumento da composição orgânica do capital, a função de “[...] reabastecer o exército industrial de reserva, sempre que este se tenha reduzido a proporções perigosamente pequenas” (SWEEZY, 1985, p. 81).

Já a questão da composição material da produção, ou seja, a forma específica de valor de uso que as mercadorias precisam assumir na totalidade do capital social para permitir a reprodução, pode ser formulada nos termos seguintes: na Reprodução Simples, ao finalizar um circuito, o capitalista obtém um montante  $D'$  de capital-dinheiro, que é igual ao montante  $D$  aplicado inicialmente, acrescido de uma mais-valia  $P$ ; ou seja, obtém  $D' = C + V + P$ ; para reiniciar um novo circuito sem expansão do capital, é preciso que o capitalista encontre no mercado meios de produção específicos de seu ramo de atividade, no valor de  $C$ , para repor o capital constante desgastado ou consumido no circuito anterior, assim como força de trabalho adequada, no valor de  $V$ , e também bens de consumo para consumir a mais-valia  $P$  (esta suposição pode ser descartada, para este capitalista específico, que poderia simplesmente entesourar quase que a totalidade da mais-valia – algum consumo é inevitável – e ainda assim reiniciar um novo circuito, procedendo, desta forma, à reprodução do capital); finalmente, os trabalhadores deste capitalista também precisam encontrar, no mercado, bens de consumo no valor de  $V$ .

Na Reprodução Ampliada, a questão se torna mais complexa: para ocorrer a acumulação, uma parte da mais-valia é utilizada para aumentar o volume de capital, tanto o capital constante como o capital variável; para isto ocorrer, a economia como um todo precisa produzir um acréscimo de meios de produção e de bens de consumo para os trabalhadores, para atender à demanda adicional de capital constante e capital variável; se isto não ocorrer, inexistente a condição material para a acumulação de capital, em que pese a existência de capital-dinheiro à disposição do capitalista.

Chegamos, desta forma, aos esquemas de reprodução, simples e ampliada; começamos pela Reprodução Simples; à advertência de que tal situação é uma abstração demasiadamente simples, ordinariamente, no sistema capitalista, respondemos com a afirmação de SWEEZY:

Mas é útil e mesmo necessário, para finalidades teóricas, imaginar um sistema capitalista que funcione ano após ano pelos mesmos canais e sem modificações. Isso nos permite compreender a estrutura das relações existentes no sistema como um todo, em sua forma mais clara e simples. Adotar o processo, porém, não significa que tenha havido ou poderia haver um sistema capitalista real que permanecesse o mesmo ano após ano. Na verdade, quando examinamos o caso em que se excluiu as mudanças, verificamos que alguns dos elementos mais essenciais do capitalismo tal como realmente existe foram deliberadamente ignorados (SWEEZY, 1985, p. 71).

## 2.4 ESQUEMA DE REPRODUÇÃO SIMPLES

Dividimos a economia em dois Departamentos (Marx dizia “Secções”); o Departamento I (doravante denominado DI) produz meios de produção (estes se dividem em duas categorias, bens de capital fixo – máquinas, instalações, edificações, etc. – e bens intermediários – insumos, matéria-prima, produtos pré-acabados, etc.); e o Departamento II (doravante denominado DII), que produz bens de consumo, que dividiremos em bens de consumo de trabalhadores e bens de consumo de capitalistas.

Vamos estabelecer alguns pressupostos, enunciados por Miglioli e Sweezy em suas exposições: uma economia “fechada”, ou seja, sem transações com o mundo exterior; sem governo, ou seja, sem receitas e despesas governamentais; o capital fixo se deprecia inteiramente num único circuito; os capitalistas gastam toda a mais-valia em bens de consumo, assim como os trabalhadores gastam toda a renda de salário em bens de consumo de trabalhadores; a estes pressupostos enunciados pelos dois autores, acrescentamos o pressuposto de que os produtos são trocados pelo seu valor, a taxa de mais valia é constante, assim como permanece inalterada a base técnica, enunciados por Marx e acatados por Sweezy e Miglioli em suas exposições dos esquemas de reprodução, ainda que omitindo seu enunciado.

Considerando  $W$  o valor da produção,  $C$  o capital constante,  $V$  o capital variável, e  $S$  a mais-valia, e utilizando os subscritos 1 e 2 quando nos referirmos àquelas grandezas respectivamente nos Departamentos I e II, temos que:

$$W^1 = C^1 + V^1 + S^1$$

$$W^2 = C^2 + V^2 + S^2$$

Estas fórmulas expressam o seguinte: o valor da produção, nos dois departamentos, consiste na soma do capital constante (depreciado no circuito) com o capital variável e a mais-valia.

Considerando que  $W^1$  produz todos os meios de produção, temos que o valor de sua produção é igual à soma dos capitais constantes dos dois departamentos:

$$W^1 = C^1 + C^2$$

Comparando as duas equações de  $W^1$ ,

$$W^1 = C^1 + V^1 + S^1$$

$$W^1 = C^1 + C^2$$

deduzimos que:

$$V^1 + S^1 = C^2 \quad (\text{capital constante de DII é igual à soma do capital variável e da mais-valia de DI}).$$

Supondo que capitalistas e trabalhadores não poupem, ou seja, gastem toda sua renda (mais-valia e salário, respectivamente) na aquisição de bens de consumo, temos que a produção de DII corresponde à totalidade da mais-valia e capital variável dos dois departamentos:

$$W^2 = V^1 + S^1 + V^2 + S^2$$

Comparando as duas equações de  $W^2$ ,

$$W^2 = C^2 + V^2 + S^2$$

$$W^2 = V^1 + S^1 + V^2 + S^2$$

deduzimos que:

$$C^2 = V^1 + S^1$$

Esta equação, que é a mesma igualdade obtida das duas equações de  $W^1$ , consiste na “[...] equação básica de equilíbrio do esquema de Reprodução Simples” (MIGLIOLI, 1982, p. 88); ou, nas palavras de Sweezy,

Essa, portanto, pode ser considerada a condição básica da Reprodução Simples. Mostra apenas que o valor do capital constante utilizado no ramo de bens de consumo deve ser igual ao valor das mercadorias consumidas pelos trabalhadores e capitalistas empenhados na criação de meios de produção. Se essa condição for satisfeita, a escala de produção permanece inalterada de um ano para o outro (SWEEZY, 1985, p. 71).

## 2.5 ESQUEMA DE REPRODUÇÃO AMPLIADA

Os mesmos pressupostos presentes na Reprodução Simples se repetem aqui, com uma fundamental exceção, que é justamente o que caracteriza o processo de Reprodução Ampliada: os capitalistas não mais consomem a totalidade da mais-valia, uma parte dela é utilizada para a acumulação de capital.

A mais-valia  $S$  é dividida, nos dois departamentos, em 3 partes:

$bS$  → destinada à aquisição de bens de consumo;

$cS$  → destinada à aquisição de meios de produção (ampliação do capital constante);

$vS$  → destinada à aquisição de força de trabalho adicional (ampliação do capital variável);

onde:

$$bS + cS + vS = S, e$$

$$0 < b < 1, 0 < c < 1, 0 < v < 1$$

$$\text{logo } b + c + v = 1$$

Agora, para permitir a Reprodução Ampliada em equilíbrio, a produção de  $DI$  tem que ser suficiente para repor o capital constantes nos dois departamentos, mais o equivalente à demanda adicional  $cS^1 + cS^2$ ; já a produção de  $DII$  tem que atender à demanda anterior de

trabalhadores e capitalistas por bens de consumo, mais a demanda adicional  $vS^1 + vS^2$  resultante do aumento da força de trabalho nos dois departamentos.

Desta forma, temos que a produção total dos dois departamentos pode ser expressa pelas fórmulas

$$W^1 = C^1 + V^1 + bS^1 + cS^1 + vS^1$$

$$W^2 = C^2 + V^2 + bS^2 + cS^2 + vS^2$$

e também

$$W^1 = C^1 + cS^1 + C^2 + cS^2$$

$$W^2 = V^1 + bS^1 + vS^1 + V^2 + bS^2 + vS^2$$

Para identificar a condição de equilíbrio, devemos equacionar todos os itens que representam a demanda por capital constante em relação à produção total de capital constante, e de forma símile com demanda e produção de bens de consumo; ou seja, equacionar as duas fórmulas de  $W^1$  assinaladas acima, e também as duas de  $W^2$ :

-  $W^1$

$$C^1 + cS^1 + C^2 + cS^2 = C^1 + V^1 + bS^1 + cS^1 + vS^1$$

após a simplificação, temos

$$C^2 + cS^2 = V^1 + bS^1 + vS^1$$

-  $W^2$

$$C^2 + V^2 + bS^2 + cS^2 + vS^2 = V^1 + bS^1 + vS^1 + V^2 + bS^2 + vS^2$$

após a simplificação, temos

$$C^2 + cS^2 = V^1 + bS^1 + vS^1$$

Que é exatamente a mesma equação encontrada na simplificação das equações de WI, e que consiste na condição de equilíbrio na Reprodução Ampliada. Este equação tem o mesmo significado econômico que a condição de equilíbrio na Reprodução simples, qual seja: o valor do capital constante consumido em D-II (departamento que produz bens de consumo) deve ser igual ao valor das mercadorias consumidas pelos trabalhadores e capitalistas de D-I (departamento que produz meios de produção).

MIGLIOLI (1982) chama a atenção para o fato de que, na reprodução simples, duas igualdades caracterizavam a produção dos dois departamentos, qual sejam, a produção de DI era igual à soma do capital constante dos dois departamentos, e a produção de DII era igual à soma do capital variável e da mais-valia dos dois departamentos:

$$W^1 = C^1 + C^2$$

$$W^2 = V^1 + S^1 + V^2 + S^2$$

Na reprodução ampliada, isto não ocorre mais; a produção de D-I é maior do que a soma do capital constante dos dois departamentos, e a produção de D-II é menor do que a soma do capital variável com a mais-valia dos dois departamentos. Estas duas desigualdades se explicam pelo fato de que, agora, D-I tem que produzir capital constante adicional para os dois departamentos; por outro lado, a produção de D-II é menor do que a soma de capital variável com a mais-valia dos dois departamentos porque, agora, uma parte da mais-valia é utilizada para a acumulação do capital:

$$W^1 > C^1 + C^2$$

$$W^2 < V^1 + S^1 + V^2 + S^2$$

A reprodução ampliada, em equilíbrio, é justamente caracterizada por esta parcela ( $cS^1 + cS^2$ ) de mais-valia que, nos dois departamentos, deixa de ser utilizada para comprar bens de consumo e é utilizada para adquirir meios de produção:

$$W^1 = (C^1 + C^2) + (cS^1 + cS^2)$$

$$W^2 = (V^1 + S^1 + V^2 + S^2) - (cS^1 + cS^2)$$

Após esta constatação, MIGLIOLI apresenta o exemplo numérico empregado por Marx:

O valor da produção nos dois departamentos, e suas respectivas composições, é:

$$\begin{aligned} 4000 C^1 + 1000 V^1 + 1000 S^1 &= 6000 W^1 \\ 1500 C^2 + 750 V^2 + 750 S^2 &= 3000 W^2 \end{aligned}$$

(1986, p. 92-95).

Dá-se, no exemplo numérico, a desigualdade expressa nas equações: o valor da produção de D-I excede em 500 a soma dos capitais constantes nos dois departamentos (e, por outro lado, o valor da produção de D-II é inferior em 500 à soma do capital variável e da mais-valia nos dois departamentos).

Qual o significado destas duas equações, neste momento da análise, que antecede ao momento da realização do produto? Significa que os capitalistas de D-I possuem, em seu poder, meios de produção no valor de 6000 unidades monetárias; por outro lado, os capitalistas de D-II possuem, em seu poder, bens de consumo no valor de 3000 unidades monetárias; há, no produto social, um excesso de meios de produção equivalente a 500 unidades, se supormos uma reprodução simples (sem aumentar o produto social) no próximo circuito.

Como deve ser realizado este produto social, para que ocorra a reprodução ampliada em equilíbrio?

Os capitalistas de D-I têm, na forma de capital-mercadoria, uma mais-valia de 1000; presumindo que decidissem consumir metade desta mais-valia, teriam 500 para a ampliação do capital; agora, a ampliação do capital não pode dar-se apenas em capital constante, é preciso ampliar também o capital variável, a força de trabalho; se mantida a composição orgânica do capital em D-I ( $4000C^1/1000V^1$ ), temos que a cada 4 unidades de acréscimo ao capital constante, precisamos acrescentar uma unidade de capital variável; desta forma, poderíamos supor que os capitalistas de D-I aumentassem seu capital constante em meios de produção equivalentes a 400 unidades monetárias, e seu capital variável em valor equivalente a 100 unidades monetárias.

Nesta hipótese, o equivalente a 400 unidades monetárias do excedente de produção de D-I é realizado dentro do próprio departamento, restando ainda um excedente a ser realizado equivalente a 100 unidades monetárias.

Já os capitalistas de D-II não possuem nenhum excedente de produção; as mercadorias equivalentes a 3000 unidades monetárias seriam suficientes para manter o nível de consumo dos capitalistas do departamento ( $750 V^2$ ), o nível de consumo dos trabalhadores



nos dois departamentos ( $750 S^2 + 1000 S^2$ ), e o nível de consumo dos capitalistas de D-I ( $1/2 \times 1000 S^1$ ); para as suas necessidades de acumulação, restam meios de produção de valor equivalente a 100 unidades monetárias; estes podem ser adquiridos de D-I com a venda de bens de consumo no valor de 100 unidades monetárias (necessários em D-I para fazer frente à expansão do seu capital variável); para poder efetuar esta venda, precisam abdicar de consumir o equivalente a 100 unidades monetárias de sua mais-valia; por outro lado, ao aumentar seu capital constante em 100, é necessário aumentar seu capital variável em 50 (dado que a composição orgânica do capital em D-II é de  $1500C^2/750V^2$ ); para fazer frente a este incremento de capital variável, precisa abdicar de outro montante equivalente a 50 unidades monetárias do consumo de sua mais-valia.

Eis a distribuição da produção dos dois departamentos, de acordo com o exposto acima:

$$6000 W^1 = (4000 + 400)C^1 + (1500 + 100)C^2$$

$$3000 W^2 = (1000 + 100)V^1 + (750 + 50)V^2 + 500S^1 + 600S^2$$

Realizado o produto social de acordo com esta proporção, temos a nova configuração de capital nos dois departamentos:

$$D-I \rightarrow (4000 + 400)C^1 + (1000 + 100)V^1 = 4400C^1 + 1100V^1$$

$$D-II \rightarrow (1500 + 100)C^2 + (750 + 50)V^2 = 1600C^2 + 800V^2$$

E a produção dos dois departamentos, após a acumulação do capital (mantida a taxa de mais-valia de 100% observada no circuito anterior), passa a ser:

$$6600 W^1 = 4400C^1 + 1100V^1 + 1100S^1$$

$$3200 W^2 = 1600C^2 + 800V^2 + 800S^2$$

E, ao fim deste circuito, decorre novo processo de acumulação de capital, com nova desigualdade entre o valor da produção de D-I e o total de capital constante nos dois departamentos, assim como entre o valor da produção de D-II e o total de capital variável e mais-valia nos dois departamentos.

Ao encerrar sua exposição dos esquemas de reprodução, Miglioli conclui:

O exemplo numérico do esquema de reprodução ampliada não pretende ser um retrato fiel do processo de acumulação de capital, mas tão somente um modelo ideal deste processo, realizado de forma equilibrada: sem crises, recessões, insuficiências de demanda efetiva, etc. Na verdade, porém, o processo de acumulação no capitalismo não ocorre deste modo equilibrado. O grande mérito do esquema de reprodução ampliada, de Marx, está em mostrar as condições materiais da acumulação, as relações entre a produção dos meios de produção e a produção de bens de consumo no decorrer do processo de acumulação (1982, p. 95).

### 3 O DEBATE SOBRE OS MERCADOS

A abstração dos esquemas de reprodução do capital social de Marx, somada com a conjuntura representada pelas lutas políticas pelo socialismo, em especial na Rússia e na Alemanha, determinou a realização de um grande debate, efetuado nas duas últimas décadas do século XIX e nas três primeiras do século XX, tendo como temas (1) a possibilidade do desenvolvimento do capitalismo em economias atrasadas, (2) as crises econômicas, e (3) o colapso das economias capitalistas (MIGLIOLI, 1986).

Se em todos estes temas a questão da realização da produção estava presente, foi o debate específico a respeito da possibilidade de desenvolvimento do capitalismo na Rússia que colocou em primeiro plano o que se chamou, a partir de então, de o “problema dos mercados”, qual seja, a existência ou inexistência de mercado para absorver uma produção capitalista crescente; Rosdolsky assim se refere à questão:

Curiosamente, os esquemas da reprodução do segundo tomo de *O capital* permaneceram despercebidos na literatura marxista alemã durante quase duas décadas. Kautsky lhes dedicou duas linhas na apresentação do segundo tomo de *O capital* (1885): ‘A acumulação da mais-valia e a ampliação do processo de produção levam a complicações posteriores.’ Isso foi tudo quanto se disse durante essas décadas sobre os esquemas da reprodução. Só o livro do professor russo Tugan-Baranovski, com tradução alemã veio à luz em 1902, atraiu a atenção dos teóricos marxistas alemães para a análise do processo da reprodução social, tal como descrito por Marx. Mas só em 1909 ele foi abordado em detalhes, em *O Capital Financeiro*, de Rudolf Hilferding.

Talvez não seja difícil explicar essa curiosa circunstância. Na Europa Ocidental e Central dessa época, nenhum motivo social, ligado aos processos em curso, impelia os teóricos da Segunda Internacional a discutir os temas tratados na seção III do segundo tomo de *O capital*. O volume permaneceu esquecido em estantes e bibliotecas.

A situação da Rússia era muito diferente. Ali, na época em que foi publicado o segundo tomo de *O capital*, a intelectualidade progressista estava agitada pelo debate em torno da possibilidade e da necessidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Os dois lados – tanto os *narodniki*, que questionavam essa possibilidade, quanto os marxistas, que a afirmavam – se apropriaram das análises

do segundo tomo para encontrar nelas o arsenal de respostas aos problemas que tanto interesse tinham para eles. Só a partir dos debates na Rússia ficou clara a grande significação teórica dessas análises (2001, p. 383).

Miglioli (1986) expõe este contexto: a industrialização ocorrida na Rússia Tzarista, nas últimas décadas do século XIX, desarticulava os *artéis* (cooperativas de artesões) e fazia nascer o proletariado urbano, ainda muito ligado às suas origens rurais; no campo, a servidão havia sido abolida em 1861; os camponeses, que tinham grande tradição de vida comunitária, tinham sido agrupados em comunidades rurais (*chamadas obchtchinas*), que rapidamente se decompunham.

Na década de 60, surgiu um movimento populista (*narodnik* – derivado de *narod*, cujo significado é nação, povo), constituído por intelectuais, estudantes e profissionais liberais, os quais – sob influência de filósofos nacionalistas russos e de pensadores ocidentais como o próprio Marx – tinham por objetivo político derrubar o regime tzarista e implementar um socialismo agrário, baseado na propriedade comunal, inspirada nas *obchtchinas* e nos *artéis*; os *narodniks* consideravam que esta implementação prescindiria de uma etapa capitalista, e seus teóricos, durante as décadas de 1880 e 1890, intentaram demonstrar a impossibilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia pela inexistência de um mercado que absorvesse a produção capitalista; esta tese foi refutada pelos marxistas russos a partir da década de 1890, travando um debate que ficou conhecido como o “problema dos mercados”.

Esta contextualização é importante, porque, em muitos momentos, um debate teórico tem como motivação questões de *praxis* e disputa de projetos políticos; a seguir, esboçaremos algumas das posições que decorrem, direta ou indiretamente, deste debate.

### 3.1 TUGAN-BARANOVSKI

Segundo MIGLIOLI (1986, cap. 10), a obra de Mikhail Tugan-Baranovski (1865-1919) exerceu grande influência sobre os marxistas russos e os de língua alemã, em fins do século XIX e início do século XX; foi um dos autores mais importantes sobre os ciclos econômicos; embora não tenha escrito especificamente sobre a questão da possibilidade do capitalismo na Rússia, Tugan-Baranovski teria sido influenciado (assim como influenciou) pelo debate travado entre os demais autores russos; nas suas obras *As crises industriais na*

*Inglaterra e Fundamentos Teóricos do Marxismo*, tratou da questão da realização da produção em seus aspectos teóricos gerais.

Eis a síntese de suas principais formulações, conforme expostas por MIGLIOLI (1986, cap. 10).

### 3.1.1 Consumo e acumulação

Tugan-Baranovski considera a produção social dividida entre meios de produção e bens de consumo (ou seja, a mais-valia não é apenas consumida, mas também utilizada para a aquisição de meios de produção); a produção capitalista não tem por objetivo a satisfação das necessidades sociais; distingue duas categorias de sistemas econômicos: os *harmônicos*, que são aqueles em que o trabalhador e o *sujeito* econômico coincidem numa mesma pessoa, e em que a produção tem por finalidade a satisfação das necessidades sociais (p.ex., economias de autoconsumo, de troca entre pequenos produtores independentes, economias socialistas primitivas ou idealizadas, etc.), e os *antagônicos*, que são aqueles em que há uma separação entre trabalhador e *sujeito* econômico, onde o trabalhador é apenas um meio de produção, “objeto da economia”; em tais sistemas, a produção tem por objetivo atender os interesses do *sujeito* econômico (por exemplo, sistemas escravista, feudal e capitalista); no sistema capitalista, o objetivo é o lucro, sendo o consumo humano prescindível para a realização da produção, podendo ser substituído por gastos necessários à operação de meios de produção, os quais, por sua vez, tendem a substituir os próprios trabalhadores.

Até mesmo o consumo dos capitalistas está subordinado às necessidades da acumulação de capital; assim como Marx, que visualiza o capitalista como um “funcionário do capital”, Tugan-Baranovski considera que, premido pela necessidade de acumular decorrente da competição capitalista,

até certo ponto também o próprio capitalista se converte em um simples meio para a acumulação do capital. As leis da concorrência capitalista exigem imperativamente do capitalista uma ampliação da produção e a capitalização de uma significativa parte de seus lucros. [...] Na economia capitalista, até o consumo dos capitalistas é determinado pelas necessidades da produção, até os dirigentes da produção se convertem, em certo sentido, em seus servidores (TUGAN-BARANOVSKI apud MIGLIOLI, 1986, p. 134).

No limite de sua assertiva – aliás, segundo ROSDOLSKY, “Tugan-Baranovski gostava de levar seus raciocínios a extremos, afundando-se em paradoxos que em nada

aprimoravam o valor científico de suas análises” (2001, p. 391), a acumulação poderia prescindir quase que completamente do consumo:

Se todos os trabalhadores exceto um desaparecerem e forem substituídos por máquinas, então esse único trabalhador colocará toda a enorme massa de maquinaria em movimento e com sua assistência produzirá novas máquinas – e artigos de consumo para os capitalistas. A classe trabalhadora desaparecerá, o que não perturbará absolutamente o processo de auto-expansão [*Verwertungsprozess*] do capital. Os capitalistas não receberão quantidade menor de bens de consumo, todo o produto de um ano será realizado e utilizado tanto pela produção como pelo consumo dos capitalistas no ano seguinte. Mesmo que os capitalistas desejem limitar o próprio consumo, não há nenhuma dificuldade; nesse caso, a produção dos artigos de consumo do capitalista cessa parcialmente, e uma parte ainda maior do produto social consistirá de meios de produção, que servem ao propósito de maior expansão da produção. Por exemplo, o ferro e o carvão produzidos podem servir sempre à expansão da produção de ferro e carvão. A maior produção de ferro e carvão em cada um desses anos sucessivos consome a massa aumentada de artigos produzidos no ano anterior, até que se esgote o abastecimento de minérios necessários (TUGAN-BARANOVSKI apud MIGLIOLI, 1986, p. 134).

No entanto, a imagem que daí decorre, chocante para muitos (como por exemplo, Rosa de Luxemburgo), de que tenderíamos para uma sociedade que dedica-se a “[...] produzir máquinas para produzir mais máquinas para produzir ainda mais máquinas” (MIGLIOLI, 1986, p. 135), e que fez Rosdolsky clamar (repetindo Hilferding) “Isto é tudo sobre o ‘marxismo enlouquecido’ de Tugan-Baranovski” (2001, p. 392), provocou em MIGLIOLI a seguinte reflexão:

Mais assustador, porém, é o fato de as economias capitalistas dedicarem enorme parcela de sua capacidade produtiva para a fabricação não de máquinas, mas de armamentos, que são meios de destruição. Mas, queiramos ou não, essa é a realidade dessas economias, cujo objetivo primordial é a valorização do capital, não interessando-lhes se tal valorização é alcançada através da venda de bens de consumo, ou de meios de produção, ou de meios de destruição (1986, p. 135).

E SWEEZY, após arrolar diversas críticas ao extremo paradoxo da produção completa e radicalmente dissociada do consumo, ainda que concordando com elas, também reflete:

Todas essas críticas da teoria de Tugan partem de uma mesma idéia, ou seja, a de que o processo de produção é e deve continuar sendo, a despeito de sua forma histórica, um processo de produzir bens para o consumo humano. Qualquer tentativa para se afastar desse fato fundamental representa uma fuga da realidade que deve terminar numa falência teórica. A habilidade de Tugan em formular esquemas de reprodução que aparentemente demonstram o oposto não modifica a questão: a produção é produção para o consumo, apesar das afirmações em contrário de Tugan e seus esquemas. Quanto a isso, todas as nuances da opinião marxista estavam de acordo absoluto. Mas surge naturalmente a questão: não está isso em aberta contradição com a opinião freqüentemente reiterada pelo próprio Marx de que

o fim e o propósito da produção capitalista não é o consumo, mas a expansão dos valores? Não terá Marx feito uma advertência contra essa forma brilhante de erro, ao dizer:

‘Não nos devemos esquecer que no caso da produção capitalista não há diretamente uma questão de valor de uso, mas de valor de troca, e mais particularmente de expansão da mais valia?’ (1986, p. 139).

E oferece uma conclusão:

A resposta está no reconhecimento de que existe uma contradição entre os fins da produção, considerada como um processo técnico natural de criar valores de uso, e os fins do capitalismo, considerado como um sistema histórico de expandir o valor de troca. Tal contradição não só existe como constitui a contradição fundamental na sociedade capitalista, e dela derivam, em última análise, todas as outras.

A Economia Política tradicional tenta passar sobre, ou negar, essa contradição, supondo que a finalidade subjetiva da produção capitalista é idêntica à finalidade objetiva da produção em geral, ou seja, o aumento da utilidade. Tugan, por outro lado, adotou o método oposto de supor que a expansão indefinida no valor de troca é compatível com os fins da produção em geral. A Economia Política de Marx, em contraste com ambos, não só reconhece como proclama essa contradição, e nela firma a prova de que o capitalismo não é mais permanente do que os vários sistemas sociais que o precederam (1986, p. 140).

### **3.1.2 Equilíbrio entre oferta e demanda e a “repartição proporcional da produção”**

A proposição de Tugan-Baranovski de que a acumulação de capital pode dar-se com um decréscimo (relativo e absoluto) no consumo decorre da formulação de dois esquemas de reprodução (baseadas no esquema da reprodução ampliada de Marx), com três departamentos (I produzindo meios de produção, e os bens de consumo de trabalhadores e de capitalistas sendo produzidos pelos departamentos II e III); no primeiro, ocorre a expansão da produção nos três departamentos, porém o crescimento em D-I é mais rápido, ocorrendo uma diminuição relativa do consumo global na totalidade da produção; no segundo esquema (formulado com exemplos numéricos, assim como o primeiro), ocorre um rápido crescimento de D-I com um decréscimo absoluto na produção total de bens de consumo.

Esta possibilidade decorre do fato de Tugan-Baranovski abandonar dois pressupostos simplificadores dos esquemas de Marx, quais sejam, (a) o de que não se alteram as relações entre C, V e S (composição orgânica do capital e taxa de mais-valia mantêm-se inalteradas), e (b) de que não ocorre deslocamento de capital entre os departamentos, ao mesmo tempo que introduz a hipótese de que possa ocorrer a “repartição de investimento total entre os

departamentos em conformidade com a movimentação da demanda. A isto se resume seu princípio da ‘repartição proporcional da produção’”(MIGLIOLI, 1986, p. 141).

No contexto da controvérsia sobre os mercados, em que a questão teórica se impunha para resolver uma questão de práxis, observações pinçadas descoladas do seu enquadramento amplo poderiam dar a impressão de que, para Tugan-Baranovski, não poderia ocorrer, dentro do processo de acumulação, qualquer restrição imposta por uma deficiência de demanda; Miglioli contrapõe-se a esta interpretação, considerando que, a exemplo dos próprios esquemas de Marx, não se pode “[...] acusar Tugan de confundir a possibilidade de ocorrência com a ocorrência real, ao tratar da igualdade entre oferta e demanda” (1986, p. 138). Mais do que isto, Tugan consideraria este ajuste muito difícil:

A produção capitalista dispõe de forças produtivas enormes e tende sempre a aumentar a soma dos produtos que ela cria. Mas o escoamento desses produtos só é possível com uma repartição proporcional da produção social. Ora, o capitalismo não possui qualquer organização que permita realizar essa proporcionalidade (TUGAN-BARANOVSKI apud MIGLIOLI, 1986, p. 138).

Ou seja, ao colocar esta formulação de Tugan-Baranovski no centro da questão motivadora da controvérsia – a possibilidade ou não do desenvolvimento do capitalismo na Rússia em função da perspectiva ou não da criação do mercado, podemos afirmar que o processo capitalista de produção contém em perspectiva a possibilidade de desenvolver seu mercado paralelamente à expansão da produção, porém este desenvolvimento não é contínuo, desenvolvendo-se de forma cíclica, “[...] em que os períodos de prosperidade são sempre acompanhados por crises; são as crises que corrigem a grande desproporcionalidade na repartição da produção social” (MIGLIOLI, 1986, p. 139).

Nas palavras do próprio Tugan-Baranovski:

Os mercados são sempre insuficientes para o capitalismo, não porque os consumidores sejam muito pouco numerosos, mas porque a repartição proporcional da produção é absolutamente irrealizável nas condições da economia capitalista; o capitalismo a muito custo atinge uma aproximação dessa proporcionalidade; ele a consegue por meio das crises e da supressão das empresas cujo desenvolvimento foi excessivo (TUGAN-BARANOVSKI apud MIGLIOLI, 1986, p. 139).

### 3.2 LÊNIN

A abordagem que Lênin faz sobre a questão dos mercados tem por objetivo explícito responder a pergunta, formulada pelos *narodniks* e por ele enunciada no seu primeiro



trabalho sobre o tema: “Pode o capitalismo se desenvolver, e desenvolver-se plenamente, aqui na Rússia, onde a massa do povo é pobre e continua a empobrecer-se cada vez mais?” (LENIN apud MIGLIOLI, 1986, p. 147); e o caráter de investigação sobre a realidade concreta do capitalismo russo é também reafirmado em seu último artigo sobre o tema:

Em meu livro O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia [...], não coloco o problema da teoria dos mercados, mas o do mercado interior para o capitalismo russo. Por isso, as verdades abstratas da teoria só exercem ali o papel de fio condutor, instrumento para a análise dos dados concretos (LÊNIN apud MIGLIOLI, 1986, p. 148).

Este preâmbulo, colocando em destaque o objetivo pragmático abertamente assumido por Lênin ao estudar a “teoria da realização”, serve para introduzir a questão formulada por Rosdolsky: “Devemos atribuir a Lênin uma tendência a interpretar a teoria econômica de Marx de modo a fortalecer a idéia de um capitalismo harmônico?” (2001, p. 393); e é o próprio Rosdolsky que ressalva:

O dilema a que nos referimos talvez não seja tão grande quanto parece à primeira vista. As teorias econômicas e sociológicas não existem no éter do conhecimento puro. Quase sempre respondem a exigências sociais. Vista assim, já não causa estranheza a circunstância de que o jovem Lênin e os marxistas legais tenham sido camaradas de armas.

Os marxistas russos daquela época consideravam que uma de suas principais tarefas era realizar uma luta sem tréguas contra a ideologia dos populistas, que negavam o papel histórico especial da classe operária russa e pretendiam fazer o movimento socialista retroceder para o caminho utópico de um socialismo camponês especificamente russo. Para combater essa ideologia, era necessário demonstrar a insustentabilidade das premissas teóricas nas quais se baseava. Os *narodniki* defendiam a impossibilidade de realização da mais-valia na economia capitalista, fundamentando essa idéia na carência de mercados externos disponíveis para a burguesia russa, no tamanho diminuto do consumo popular e nas crises de superprodução inerentes ao capitalismo. Seus adversários marxistas, por sua vez, desejavam demonstrar que a realização da mais-valia era possível sem a necessidade de mercados externos e até mesmo se o consumo popular se mantivesse retraído. Nesse contexto, passaram a relacionar as crises de superprodução, não à dificuldade de realização, mas sim à falta de planejamento do sistema econômico capitalista. Para isso, deveria bastar a análise abstrata, desenvolvida no segundo tomo de O capital, das condições hipotéticas de equilíbrio da reprodução ampliada no capitalismo ‘puro’... Não surpreende que, no debate contra os *narodniki*, esses marxistas tenham superestimado enormemente o escopo teórico dessa análise, propondo algumas vezes uma interpretação incompatível com o sentido da doutrina marxiana (2001, p. 392-394).

Apesar de manifestamente focar a análise em casos históricos concretos, Lênin desenvolve “as verdades abstratas da teoria”, expressando enunciados que permitem

“interpretar a teoria econômica de Marx de modo a fortalecer a idéia de um capitalismo harmônico”.

Reproduzimos os enunciados para tê-los em mente enquanto percorremos as exposições de Miglioli e Rosdolsky a respeito das contribuições de Lênin no “debate sobre os mercados”:

O mercado é apenas a expressão da divisão do trabalho na economia mercantil, e por isso seu crescimento é tão ilimitado quanto o da divisão do trabalho (LÊNIN apud ROSDOLSKY, 2001, p. 394).

Uma vez levadas em conta essas teses fundamentais [nas quais se baseavam os esquemas de reprodução de Marx], o problema da realização do produto social na sociedade capitalista deixa de oferecer dificuldades (LÊNIN apud ROSDOLSKY, 2001, p. 395).

Depois de estabelecer essas teses teóricas fundamentais, Marx explicou o processo completo de realização do produto em geral, e da mais-valia em particular, na produção capitalista (LÊNIN apud ROSDOLSKY, 2001, p. 395).

Mas, sobre o problema meramente teórico ‘de uma sociedade capitalista ideal’, mantenho minha opinião: não existe nenhum fundamento teórico para negar a possibilidade da reprodução ampliada em tal tipo de sociedade (LÊNIN apud MIGLIOLI, 1986, p. 156).

MIGLIOLI (1986, cap. 11) divide sua análise das posições de Lênin entre aquelas relacionadas com o “ponto de vista histórico-concreto”, que denomina de “formação histórica dos mercados no capitalismo”, e as de cunho teórico, que agrupou sob a denominação geral de “teoria abstrata da realização”.

A concepção de Lênin a respeito da “formação histórica dos mercados no capitalismo é assim sintetizada por Miglioli (1986, p. 149-151):

Apesar das restrições do mercado, geradoras de contradições e crises, o capitalismo desenvolve-se, sendo, em relação aos sistemas sócio-econômicos que o antecedem, o “mais dinâmico e progressista de todos”; negar a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, objetivando com isto preservar, ou melhor, recuperar uma formação social precedente, trata-se de uma posição historicamente reacionária. Não é necessário pressupor a existência prévia de um mercado interno; este vai sendo criado pela própria dinâmica inerente ao capitalismo, concomitantemente ao desenvolvimento de suas forças produtivas: “o mercado interno para o capitalismo é criado pelo desenvolvimento do próprio capitalismo” (LÊNIN apud MIGLIOLI, 1986 p. 149); é um erro considerar “que o mercado é algo separado e independente do capitalismo, algo assim como uma espécie de condição particular de seu desenvolvimento” (LÊNIN apud MIGLIOLI, 1986, p. 149); este crescimento dos mercados

no capitalismo decorre da crescente divisão social do trabalho, que amplia as relações mercantis entre todos os setores.

A ruína dos pequenos produtores urbanos e rurais provocadas pelo capitalismo não acarreta à diminuição do poder de compra em geral, conduzindo este contingente ao mercado de trabalho como assalariados; ao decréscimo da capacidade produtiva decorrente da expropriação dos seus meios de produção, corresponde um acréscimo maior devido à ampliação dos meios de produção em poder dos capitalistas.

Com o desenvolvimento do capitalismo ocorre o aumento da composição orgânica do capital, provocando aumento da posição relativa do capital constante na produção total, e o conseqüente decréscimo relativo do papel do consumo global (capitalistas e trabalhadores) na realização da produção.

Agora, vamos à síntese da “teoria abstrata da realização” de Lênin (MIGLIOLI, 1986, p. 151-159):

Lênin reiteradamente, em alguns de seus trabalhos, refere-se à realização como “problema abstrato” e “teoria abstrata da abstração”, entendendo a realização como “o processo de reprodução e circulação de todo o capital social” (LENIN apud MIGLIOLI, 1986, p. 151).

E esta “teoria da realização” nada mais é, para Lênin, do que os esquemas de reprodução simples e ampliada de Marx, limitado o problema aos pressupostos e à formulação dos esquemas; a ausência de obstáculos ao processo de reprodução nos esquemas, que na formulação de Marx no Livro 2 de *O Capital* corresponde à um objetivo metodológico (em nosso entendimento, isolar as condições *necessárias* para a reprodução e indicar o *sentido* do movimento geral do processo), fazia-se acompanhar por diversas explicações de Marx, “...apontando as diferentes dificuldades de realização que podem surgir no processo real da reprodução” (MIGLIOLI, 1986, p. 152); estas são omitidas na formulação de Lênin; enunciadas as proposições básicas (divisão do valor da produção em C, V e P, e a divisão da produção em D-I e D-II), a questão resta resolvida:

Uma vez tomadas em considerações estas proposições básicas, o problema da realização da produção social na sociedade capitalista não mais apresenta qualquer dificuldade (LÊNIN apud MIGLIOLI, 2001, p. 153).

Segundo Miglioli, Lênin comete três equívocos adicionais: (a) considera a abstração do comércio exterior como uma premissa fundamental, essencial, da “teoria abstrata”, e não um mero pressuposto operacional, como faz Marx; (b) incorpora também como premissa

indispensável a “distribuição proporcional do produto entre os diferentes ramos da produção capitalista”, quando, na verdade, a necessidade desta ocorrência é o que os esquemas querem demonstrar, para que haja reprodução ampliada de forma equilibrada, e (c) transfere para a questão da realização do capital constante o papel que na verdade é o da realização da mais-valia, ou seja, o de ser o ponto fundamental no problema da realização.

Isto tudo colocado, Miglioli conclui:

Para terminar, queremos ressaltar duas conclusões que podem ser tiradas dos trabalhos de Lênin acerca do problema da realização. Primeira: em seu afã de combater a tese dos *narodniks*, Lênin força a mão na tese oposta e, tanto em sua explicação da formação histórica dos mercados como em sua ‘teoria abstrata da realização’, o capitalismo é apresentado como se não sofresse restrições de mercado, como se não enfrentasse limitações por parte da demanda efetiva. Segunda: Lênin nada esclarece acerca do problema da realização no funcionamento corrente do capitalismo. Acrescentando-se a isto certas afirmações específicas de Lênin, fica-se com a conclusão (ou, pelo menos, a impressão) geral de que ele realmente não atribuía grande importância às dificuldades da realização nas economias capitalistas (1986, p. 160).

Rosdolsky, ainda que mais brando, destacando o “profundo sentido de realidade histórica” de Lênin, e o acerto de algumas de suas teses aplicadas a uma realidade histórica definida – “a época da industrialização incipiente” –, também formula objeções à interpretação de Lênin dos esquemas de reprodução:

Ele formou seus pontos de vista sobre o tema ao estudar a situação do capitalismo russo ainda primitivo, concluindo que a industrialização desse país semifeudal oferecia, de fato, um mercado ilimitado para os meios de produção. A concepção de Lenin é correta para todos os países que estão na etapa da revolução industrial e ainda devem criar os fundamentos da indústria moderna – uma rede de transportes e uma agricultura mecanizada -, o que na maioria das vezes se faz às custas de um nível de vida muito baixo das massas populares. Ao destacar a necessidade e o caráter progressista desse processo, Lenin demonstrava seu profundo sentido de realidade histórica, muito superior a seus adversários *narodniki*. Porém, será que suas teses, baseadas em uma situação histórica específica, podem ser estendidas a todas as fases do capitalismo. É claro que, enquanto constrói sua base industrial, o capitalismo deve produzir enormes quantidades de fábricas, máquinas, estradas de ferro, instalações portuárias etc. Esse processo oferece, durante décadas, um mercado rapidamente crescente para os meios de produção. Porém, mais cedo ou mais tarde, os elementos fundamentais da industrialização terão sido construídos, e o aparato industrial criado terá de produzir bens para o consumo individual. O problema do poder aquisitivo das massas passa então a ocupar o primeiro plano e não pode ser iludido, a menos que se acredite no ‘carrossel do senhor Tugan-Baranovski’, ou seja, em suas fantásticas idéias sobre a ‘produção de máquinas como um fim em si’ (2001, p. 396-395).

Rosdolsky (2001) nega a possibilidade de que a necessidade de obter um crescimento mais veloz dos meios de produção em um contexto histórico concreto (industrialização

incipiente), possa ser incorporada como uma lei geral do desenvolvimento capitalista, como se esta aceleração do aumento da composição orgânica do capital possa constituir uma nova formulação dos esquemas de reprodução, que originariamente apresentam um desenvolvimento “paralelo e semelhante” nos dois departamentos.

E considera que o problema mais grave consiste em Lênin enxergar na

[...] análise abstrata do segundo tomo a última e definitiva palavra da teoria marxiana da realização, desconhecendo os complementos e as modificações dessa análise, que aparecem no terceiro tomo da obra de Marx. Aqui, Lênin se mete em consideráveis dificuldades teóricas, que devem ser atribuídas, sobretudo, a uma ‘ortodoxia marxista’ mal aplicada (2001, p. 397).

E conclui:

Aquela [a exposição do terceiro tomo de *O Capital*] constituía o degrau seguinte da análise, um degrau no qual já não se tratava de focar as condições de equilíbrio da economia capitalista em seu curso ‘normal’, mas sim de assinalar as causas das necessárias perturbações desse equilíbrio, ou seja, de analisar as crises e a tendência à derrocada do capitalismo. Daí se depreende que os esquemas da reprodução e a análise do segundo tomo não podem oferecer, por si sós, uma ‘explicação completa’ para o problema da realização. Só podem fazê-lo em conexão com a teoria marxiana das crises e da derrocada. O maior defeito da teoria da realização defendida por Lenin está em não levar em conta esse fato fundamental (2001, p. 401).

### 3.3 ROSA DE LUXEMBURGO

A posição de Rosa de Luxemburgo, expressa em sua obra “A acumulação do Capital”, parte da constatação de que a acumulação de capital é impossível num sistema capitalista fechado, isto é, um sistema em que não haja interação de uma sociedade capitalista com setores não-capitalistas, sejam estes setores internos ao país que corresponde esta dada sociedade (p. ex., camponeses), sejam outros países ainda “intocados” pelo capitalismo; esta impossibilidade de expansão está na raiz do fenômeno do imperialismo; Miglioli (1986, p. 165) destaca o fato de que as primeiras edições de *A Acumulação do Capital* tinham por subtítulo *Contribuição à Explicação Econômica do Imperialismo*.

Esboçamos a síntese da formulação de Rosa de Luxemburgo e sua crítica, conforme Sweezy (1985, p. 162-166):

A questão essencial na acumulação do capital está na realização da mais-valia; na reprodução simples, ela é toda consumida pelos capitalistas, não oferecendo nenhum

problema; a reprodução ampliada (acumulação) é que apresenta a dificuldade: o capital constante e o capital variável são realizados sem problema, mas a mais-valia precisa ser dividida (para ocorrer a acumulação) em duas parcelas: uma será adquirida para consumo dos capitalistas, e a outra será acumulada, esta parcela representando a dificuldade no processo, pois Luxemburgo considera que não há procura para ela: os trabalhadores consomem toda sua renda, e se esta procura se apresentar por intermédio dos capitalistas, estaríamos retornando a condição da reprodução simples.

O comércio interno capitalista pode, no máximo, realizar apenas certas quantidades do valor contido no produto social: o capital constante que se gastou, o capital variável, e a parte consumida da mais-valia. Mas a parte da mais-valia que é destinada à acumulação tem de ser realizada em outro lugar (LUXEMBURGO apud MIGLIOLI, 1986, p. 170).

Dito de outra forma:

Parte da mais-valia é consumida pela própria classe capitalista sob a forma de bens de consumo, sendo que o dinheiro trocado por esses bens é retido no bolso dos capitalistas. Mas, quem pode comprar os produtos que constituem a outra parte, a parte capitalizada da mais-valia? (LUXEMBURGO apud MIGLIOLI, 1986, p. 170).

Rosa de Luxemburgo descarta a possibilidade de que esta parcela da mais-valia exista na forma de meios de produção adicionais, os quais, comprados pelos capitalistas entre si, tornariam possível a acumulação; tal processo, segundo ela, resultaria andar em círculos, já que implicaria em transferir a dificuldade para o circuito seguinte, dificuldade tornada ainda maior pela quantidade crescente de mercadorias produzidas; em suas palavras:

[...] temos à nossa frente um carrossel que gira em torno de si mesmo no ar vazio. Isso não é acumulação capitalista, ou seja, acumulação de capital em dinheiro, mas o oposto: produção pela produção, e, do ponto de vista do capital, um absurdo completo (LUXEMBURGO apud SWEEZY, 1985, p. 162).

A solução consiste em realizar esta parcela da mais-valia com setores não-capitalistas, sejam internos, sejam externos; o processo de expansão do capital, desta forma, atrai constantemente estes segmentos para a órbita do capitalismo, até que a totalidade das nações esteja incorporada ao sistema; nesta situação, apresenta-se o colapso geral. Esta nova distinção conceitual entre “mercado interno” e “mercado externo” foi assim formulada:

Neste ponto devemos rever as concepções de mercado interno e externo que foram tão importantes na controvérsia acerca da acumulação. Ambos são vitais para o desenvolvimento capitalista, mas fundamentalmente diferentes, e devem ser concebidos antes em termos de economia social do que em termos de geografia política. Por este prisma, o mercado interno é o mercado capitalista, em que a produção compra seus próprios produtos e supre seus próprios elementos de produção. O mercado externo é o contexto social não capitalista, que absorve os produtos do capitalismo e fornece bens de produção e força de trabalho para a produção capitalista. Assim, do ponto de vista da Economia, a Alemanha e a Inglaterra comerciam entre si mercadorias principalmente num mercado interno, capitalista, enquanto as trocas entre a indústria alemã e os camponeses alemães são efetuadas num mercado externo, no que se refere ao capital alemão (LUXEMBURGO apud MIGLIOLI, 1986, p. 179).

Segundo SWEEZY, esta formulação ignora um fato fundamental, que consiste em que o processo de acumulação de capital provoca a incorporação crescente de capital variável, fazendo com que parte da mais-valia possa ser acumulada na forma de bens de consumo; ou seja, não é realista o pressuposto que nenhuma parcela da mais-valia acumulada possa ser direcionada para o acréscimo de consumo, situação em que a acumulação crescente de meios de produção não teria sentido.

Ainda que não se verificasse a possibilidade da expansão do consumo, a solução de Rosa de Luxemburgo não resolveria a questão: à uma venda da mais-valia acumulada a setores não-capitalistas deve corresponder obrigatoriamente uma compra em produtos destes mesmos setores; se não havia, na origem, uma procura para as mercadorias vendidas, como poderá haver agora para as mercadorias compradas?

Sweezy afirma que “se o dilema fosse real, provaria mais do que ela [Luxemburgo] pretendia: demonstraria não o iminente colapso do capitalismo, mas a impossibilidade do capitalismo” (1985, p. 164).

## 4 CRISES

A crise, uma possibilidade que se torna realidade. A crise, revelação de todas as contradições da economia burguesa. (MARX, 1983, p. 943).

Vimos que “o debate dos mercados” resulta em duas “teses” distintas, ambas buscando referência nos esquemas de reprodução: uma postula a inexistência de contradições internas intransponíveis ao desenvolvimento do capitalismo; a outra, após criticar e corrigir um suposto “erro lógico” contido nos esquemas, postula o contrário, qual seja, que o colapso é inevitável.

Como antecipado na Introdução deste trabalho, o pensamento de Marx a respeito das crises do capitalismo constitui um outro momento da análise do processo de acumulação de capital, da mesma forma que a formulação dos esquemas também é parte do estudo desta totalidade; partimos, então, do princípio de que as idéias de Marx a respeito das crises no capitalismo têm algo a dizer a respeito do significado contido na análise dos esquemas de reprodução; ou seja, o que nos cabe aqui, portanto, é examinar as concepções do próprio Marx, e retirar deste cotejamento entre os dois momentos de análise (esquemas x crises) um entendimento mais amplo sobre o significado do primeiro.

Com isto, queremos dizer que deixaremos de lado os desenvolvimentos marxistas posteriores a respeito das crises, ou, quando muito, faremos breves referências que sejam ilustrativas do pensamento original de Marx; e, ainda, que vamos privilegiar a exposição da forma abstrata das crises, considerando que “[...] a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito” (MARX, 1983, p. 948); apresentar a exposição da possibilidade da crise, e enunciar as tendências que podem conduzir a ela basta para extrairmos conclusões a respeito de os esquemas de reprodução representarem o processo de acumulação sem contradições.



Sweezy (1985) afirma que Marx sempre teve presente a questão das crises, ao longo de toda sua obra; no entanto, não efetuou um tratamento sistemático do problema:

O que encontramos são todos os aspectos do problema da crise que surgem nos níveis mais altos ao longo dessa abstração. Aparecem eles de tempos em tempos através da análise, embora não necessariamente em ordem lógica, do ponto de vista de um tratamento generalizado da crise. Talvez possamos dizer que se Marx tivesse vivido o bastante para concluir a análise da concorrência e do crédito teria feito um tratamento completo e sistemático do problema. Como está, porém, a crise necessariamente permanece na lista de seus assuntos incompletos (p. 114).

Sweezy propõe-se efetuar uma apresentação sistemática das idéias de Marx a respeito das crises; por nossa vez, apresentamos a síntese desta apresentação de Sweezy, complementando-a com as observações dispersas do próprio Marx sobre o tema, extraídas especialmente de *Contribuição a Crítica da Economia Política e Teorias da Mais-Valia*:

A ampliação da divisão social do trabalho é inconcebível sem a existência de “uma moeda reconhecida e mais ou menos estável, ou meio de circulação” (SWEEZY, 1985, p. 114); a função da moeda é dividir o ato de troca em duas partes (venda e compra), que, circunstancialmente, podem separar-se no tempo e no espaço; esta forma de organização da produção, fundada na produção de mercadorias (destinadas à troca), ao mesmo tempo em que permite a especialização que está na base do aumento da produtividade, enseja a possibilidade de “uma crise inimaginável numa economia mais simples, em que o trabalho seja organizado e os produtos divididos sob a direção de uma só autoridade (por exemplo, na economia familiar patriarcal, ou na economia feudal)” (SWEEZY, 1985, p. 114); esquematicamente, esta crise pode ser assim exemplificada: o produtor “A” vende sua mercadoria, mas por qualquer motivo, não compra de “B”; este, não tendo vendido a “A”, não pode comprar de “C”; este, não tendo vendido a “B”, deixa de comprar de “D”, e assim sucessivamente; “Portanto, uma ruptura no processo de circulação, que é condicionado pela **separação da compra e venda** [grifo nosso] pode difundir-se desde seu ponto de origem até afetar toda a economia” (SWEEZY, 1985, p. 114); esta ruptura faz irromper o que configura o resultado de uma crise, a existência de estoques de mercadorias invendáveis concomitantemente com a existência de necessidades insatisfeitas; a crise de *superprodução*, que se diferencia dos desastres econômicos de formas sociais anteriores, que se caracterizavam por algum tipo de escassez.

Aqui é oportuno introduzir uma ressalva feita pelo próprio Marx, a respeito da expressão *superprodução*:

A palavra *superprodução* em si mesma induz a erro. Sem dúvida não se pode em absoluto falar de *superprodução* de *produtos* – no sentido de o volume dos produtos ser excessivo em relação às necessidades deles – enquanto as necessidades mais prementes de grande segmento da sociedade não são satisfeitas ou são satisfeitas *apenas* as mais imediatas. Ao contrário, nesse sentido temos de dizer que na base da produção capitalista sempre *se produz de menos*. O limite da produção é o lucro do capitalista e de maneira nenhuma a necessidade dos produtores. Mas *superprodução* de produtos e *superprodução* de *mercadorias* são coisas de todo diferentes (MARX, 1983, p. 962).

Feita a importante ressalva, resta caracterizado que a *superprodução de mercadorias* consiste no resultado que caracteriza as crises:

[...] o modo de produção burguês contenha limite para o livre desenvolvimento das forças produtivas, limite que vem à tona nas crises e em outras manifestações como a *superprodução – o fenômeno fundamental das crises* [grifo nosso] (MARX, 1983, p. 962).

A interrupção na circulação, “qualquer retenção longe do mercado de poder aquisitivo” (SWEEZY, 1985, p. 118), possibilitada pela disjunção feita pela moeda no processo de troca, configura, então, a possibilidade da crise, o que Marx chama de *crise em potência*; esta interrupção no processo de circulação, no entanto, não se explica pela sua *possibilidade*; como o processo de acumulação capitalista é impulsionado pela busca do lucro (esta acicatada pela concorrência), qualquer fator que implique na perspectiva de redução da taxa de lucro usual (ou esperada), ou, em casos mais extremos, sua supressão, em todas as indústrias, acarreta a retirada dos capitais da circulação. Sucede-se a crise seguida da *superprodução*; Sweezy assim resume sua exposição até aqui: “[...] a forma específica da crise capitalista é uma interrupção do processo de circulação, provocado por um declínio da taxa de lucro abaixo do seu nível usual” (1985, p. 120).

E encerra com a afirmação de que as causas da crise devem ser buscadas nos fatores que influem sobre a taxa de lucro, deprimindo-as; estes fatores podem decorrer da tendência decrescente da taxa de lucro (quando esta tendência se torna aguda, sobrevém a crise), e da dificuldade que pode surgir de vender as mercadorias pelo seu valor (p. ex., excesso de produção de mercadorias de um número significativo de indústrias em relação a sua demanda).

Esta síntese nos permite um quadro geral referencial para introduzir a argumentação do próprio Marx; não temos com não fazer uma citação extensa, onde Marx descreve a *forma abstrata da crise* (todos os grifos são nossos):

**Na metamorfose da mercadoria, a possibilidade da crise assim se configura:** Primeiro, a mercadoria que tem existência real como valor de uso e ideal, no preço, como valor de troca, tem de se converter em dinheiro. M – D. Resolvida essa dificuldade, a venda, não há mais dificuldade para compra, D – M, uma vez que de imediato se pode trocar dinheiro por tudo. É mister pressupor o valor de uso da mercadoria, a utilidade do trabalho nela contido, do contrário não é de modo algum mercadoria. E mais: pressupõe-se que o valor individual da mercadoria = valor social dela, isto é, que o tempo de trabalho materializado = tempo de trabalho socialmente *necessário* para produzi-la. **A possibilidade da crise, desde que se revele na forma simples da metamorfose, só decorre portanto disto: as diferenças de forma – as fases – por que passa a mercadoria em seu movimento são, primeiro, formas e fases necessariamente complementares; segundo, apesar dessa unidade intrínseca necessária, são por igual partes e formas independentes do processo, contrapostas em sua existência, discrepantes no tempo e no espaço, separáveis e separadas uma da outra. A possibilidade da crise reside apenas na dissociação entre compra e venda.** É apenas na sua forma que a mercadoria tem aí de passar pela dificuldade. Ultrapassa-a logo que assume a forma de dinheiro. Ademais, isso também se reduz à circunstância de compra e venda não coincidirem. **Se a mercadoria – como na troca direta – não pudesse retornar da circulação na forma de dinheiro ou procrastinar sua reconversão em mercadoria, se compra e venda coincidissem, deixaria de haver, de acordo com as suposições feitas, a possibilidade de crise.** Pois se admite que a mercadoria é valor de uso para outros possuidores de mercadorias. Na forma de troca direta só não se pode permutar a mercadoria se não é valor de uso ou não existem valores de uso do outro lado para se trocarem por ela. Isto é, somente nestas duas condições: se um lado produziu coisa *inútil*, ou se o outro lado nada tem de *útil*, equivalente para trocar por valor de uso daquele. Nos dois casos não haverá nenhuma permuta. *Mas, desde que haja permuta*, suas fases não se dissociam. O comprador será vendedor, o vendedor, comprador. Assim, desaparece a fase crítica, oriunda da forma de troca – a troca que é circulação -, e quando dizemos que a forma simples da metamorfose encerra a possibilidade da crise, expressamos apenas que nessa própria forma está a possibilidade da crise, expressamos apenas que nessa própria forma está a possibilidade da ruptura e da dissociação de fases que na essência são complementares.

Mas isso se estende ainda ao conteúdo. **Na troca direta, o produtor dá ao grosso da produção o destino de satisfazer as próprias necessidades ou – ao se desenvolver mais a divisão do trabalho – de satisfazer necessidades dos coprodutores, dele conhecidas. O que se tem de trocar como mercadoria é sobra, e não é fundamental a circunstância de se trocar ou não essa sobra. Na produção de mercadorias, a conversão do produto em dinheiro, a venda, é *conditio sine qua non*. Cessa a produção imediata para as próprias necessidades. Então, se não se vende, surge a crise. A dificuldade de transformar a mercadoria – o produto particular do trabalho individual – em dinheiro, o oposto dela, em trabalho social, geral e abstrato, está nisto: *dinheiro* não se apresenta como produto do trabalho individual, e quem vendeu, e portanto possui a mercadoria na forma de dinheiro, não é por sua vez forçado a comprar logo, a reconverter o dinheiro em produto particular do trabalho individual. Na troca direta não há essa contradição: não pode haver vendedor sem comprador, nem comprador sem vendedor. Aquela dificuldade do vendedor – na suposição de sua mercadoria ter valor de uso – decorre somente da facilidade do comprador em adiar a reconversão do dinheiro em mercadoria. A dificuldade de transformar a mercadoria em dinheiro, de vender, provém apenas de a mercadoria ter de se transformar em dinheiro, sem o dinheiro ter de imediato de se converter em mercadoria, e *de compra e venda* portando poderem dissociar-se. **Dissemos que essa forma abrange a possibilidade da crise, isto é, a possibilidade de elementos em conexão recíproca, inseparáveis, se desvincularem e serem por isso forçados a se juntar pela força que se opõe à sua independência mútua. Ademais, crise é apenas a imposição violenta da unidade das fases do processo de produção, as quais se tornaram independentes uma da outra** (MARX, 1983, p. 943-945).**

Temos aqui os aspectos da possibilidade da crise: Marx analisa a sociedade capitalista, cujas características principais consistem na produção de mercadorias, destinadas à troca; há uma divisão de trabalho e uma especialização sem precedentes na história humana; esta especialização requer um encadeamento e um ajustamento da produção e circulação, considerando valor e valor de uso (os esquemas de reprodução consistem na exposição deste encadeamento *necessário*); no entanto, a própria divisão do trabalho, e o que dela decorre – a moeda como meio de circulação – rompe esta unidade, separando o ato da troca, possibilitando a interrupção no processo de circulação; o processo de produção social que mais requer coordenação, em que os diversos atos de produção e circulação são mais interdependentes, é, paradoxalmente, aquele em que as decisões de produção são tomadas por milhares de capitalistas de forma independente, configurando seu caráter atomístico e potencialmente anárquico; o que Marx denominou como “todas as oposições que o trabalho burguês implica”, SHAIKH descreve com propriedade:

Vejamos como a sociedade capitalista é peculiar. É um entrelaçamento social complexo e interdependente, cuja reprodução requer um modelo preciso de complementação entre as diferentes atividades produtivas e, não obstante, essas atividades são empreendidas por milhares de capitalistas individualmente que apenas se preocupam com a ambição pelo próprio lucro. É uma estrutura de classe na qual a existência contínua da classe capitalista requer a existência contínua da classe trabalhadora; e, contudo, nenhum tipo de sangue, nenhuma tradição, nenhum princípio religioso indicam quem vai mandar e quem será mandado. É uma comunidade humana cooperativa e, no entanto, ela joga um contra o outro incessantemente: o capitalista contra o trabalhador, mas também o capitalista contra o capitalista e o trabalhador contra o trabalhador (1983, p. 6).

Ou seja, a crise surge como possibilidade em um sistema de produção de mercadorias, e decorre das mesmas características que conferem ao sistema uma capacidade de expansão das forças produtivas como nenhum modo de produção precedente; onde não há a possibilidade de dissociação no ato da troca, não há possibilidade de crise (grifos nossos):

**Assim como a separação da e da venda no processo de troca faz cair as antigas barreiras locais da troca social de substância** que rodeava de tão amável inocência uma devoção ancestral, **esta separação é igualmente a forma a forma geral sob a qual os momentos sem interrupção do processo se deslocam e se opõem entre si; constitui, em suma, a possibilidade geral das crises comerciais**, mas apenas na medida em que a oposição da mercadoria e da moeda é a forma abstrata e geral de todas as oposições que o trabalho burguês implica. A circulação da moeda pode assim processar-se sem crise, mas as crises não podem acontecer sem circulação da moeda. O que equivale apenas a dizer que, quando o trabalho fundamentado na troca privada não atingiu ainda o estágio da criação da moeda, é evidentemente pouco possível que dê origem a fenômenos que supõem o pleno desenvolvimento do processo de produção burguesa (MARX, 2003, p. 94).

Sendo que “em condições em que os seres humanos produzem para si mesmos, não há na realidade crises, mas tampouco há produção capitalista” (MARX, 1983, p. 940). No entanto, apresentar o que configura a possibilidade da crise não implica em enunciar a sua ocorrência (todos os grifos são nossos):

**Possibilidade geral e abstrata da crise significa apenas a forma mais abstrata da crise, sem conteúdo, sem o impulso pertinente a esse conteúdo. Compra e venda podem separar-se. Constituem crise em estado potencial e sua coincidência continua sempre a ser, para a mercadoria, elemento crítico. Mas uma pode converter-se na outra com fluidez. Assim, a forma mais abstrata da crise (e por isso a possibilidade formal da crise) é a metamorfose da própria mercadoria, a qual, como movimento desenvolvido, contém a contradição – encerrada na unidade da mercadoria – entre valor de troca e valor de uso e ainda entre dinheiro e mercadoria. Mas o meio por que essa possibilidade de crise se torna a crise não se contém nessa própria forma; esta implica apenas em que existe a forma para uma crise (MARX, 1983, vol. 2, p. 945).**

Seja como for, não existe crise se compra e venda não se mantêm em oposição mútua, não tendo por isso de se ajustar à força, e se o dinheiro exerce a função de meio de pagamento de modo que os créditos se liquidam, isto é, não se realiza a contradição existente no dinheiro como meio de pagamento; se essas duas formas abstratas da crise, portanto, não se patenteiam na realidade. Não pode haver crise sem compra e venda se desvincularem e entrarem em conflito, sem aparecerem as contradições contidas no dinheiro como meio de pagamento, isto é, sem a crise se patentear ao mesmo tempo na forma simples – na contradição entre compra e venda, na contradição do dinheiro como meio de pagamento, Mas temos aí meras formas – possibilidades gerais das crises, por isso também formas, formas abstratas da crise real. Nelas aparece a existência da crise em suas formas mais simples e em seu conteúdo mais simples, até onde a própria forma é seu conteúdo mais simples. Mas ainda não é conteúdo com fundamento concretizado. A circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento – e ambas já existiam mui antes da produção capitalista sem terem sucedido crises – podem realizar-se e se realizam sem crises. **Assim, essas formas sozinhas não podem explicar porque desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato (MARX, 1983, vol. 2, p. 947).**

Da mesma forma que os esquemas de reprodução, ao enunciarem as condições *necessárias* para a acumulação de capital ocorrer em equilíbrio, não implicam em enunciar ao mesmo tempo a ocorrência *compulsória* destas condições, a *forma abstrata da crise* não decreta a *ocorrência* da crise, não explica a crise; esta, como antecipou Sweezy, é impulsionada por fatores que são intrínsecos ao processo de acumulação de capital, tais como a queda tendencial da taxa de lucro, pelas variações no valor dos elementos do capital produtivo, pela variação de preços em relação ao valor (por exemplo, quando forte ritmo de acumulação de capital pressiona o exército industrial de reserva, fazendo com que o preço da força de trabalho ultrapasse o seu valor, deprimindo a taxa de mais valia – ver capítulo 2). Enfim, são diversos os fatores, e, para nossos propósitos, qual seja, explicitar a relação entre

as análises dos esquemas de reprodução e da crise, basta enunciar a *forma abstrata das crises*, e apontar os seus impulsos gerais, conforme a visão de Marx; a análise da *crise em ato* requer sair do plano abstrato e investigar cada evento específico:

E isso é o importante quando observamos a economia burguesa. As crises do mercado mundial têm de ser concebidas como a convergência real e o ajuste à força de todas as contradições da economia burguesa. Os diversos fatores que convergem nessas crises têm portanto de ser destacados e descritos em toda esfera da economia burguesa, e, quanto mais nesta nos aprofundarmos, têm de ser detectadas novas características desse conflito, e ainda é mister demonstrar que as formas mais abstratas dele são interativas e se contêm nas mais concretas (MARX, 1983, p. 945).

De qualquer forma, não pode haver dúvida a respeito do pensamento de Marx a respeito de ser este *impulso* intrínseco ao capital enquanto categoria determinante do processo de acumulação (grifos nossos):

Mas agora trata-se apenas de acompanhar o desenvolvimento ulterior da crise potencial – a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – **enquanto provem das determinações de formas próprias do capital, as quais lhe são peculiares e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e de dinheiro** (MARX, 1983, p. 948).

Em resumo, possibilidade da crise decorre da contradição fundamental engendrada pela divisão do trabalho no sistema capitalista, que se configura como um sistema de produção de mercadorias; neste estágio de desenvolvimento, a forma dinheiro exerce a função de meio de circulação e meio de pagamento; a dissociação permitida pelo dinheiro de algo que se requer, na verdade, como uma unidade, é que permite a existência da crise; o processo de acumulação de capital idealizado nos esquemas de reprodução consiste na recomposição harmônica da unidade de um processo que na verdade é constituído por dois processos que se desenvolvem em fases distintas, produção e circulação; a crise é a restauração violenta desta unidade:

O processo global de circulação ou o processo global de reprodução do capital é a unidade de sua fase de produção e de sua fase de circulação, um processo que abrange dois processos como fases suas. Aí reside nova possibilidade desenvolvida ou forma abstrata da crise. Por isso, os economistas que negam a crise insistem na unidade dessas duas fase. Se elas, sem serem uma unidade, fossem apenas separadas, seria impossível justamente uma restauração violenta de sua unidade, ou seja, uma crise. Se fossem apenas uma unidade, sem estarem separadas, não haveria a eventualidade de as dissociar à força, o que também é crise. Esta é a restauração violenta da unidade entre elementos guindados à independência e a

afirmação violenta de independência de elementos que na essência formam uma unidade (MARX, 1983, p. 948-949).

## CONCLUSÃO

E eis que chega o momento de propormos algumas respostas para as questões que formulamos como objeto deste estudo; examinamos inicialmente as questões metodológicas, importantes para descortinar aspectos parciais de *O Capital*, uma obra proposta pelo seu autor como um “todo artístico” (e importante para examinar criticamente conclusões com pretensões totalizantes obtidas a partir destes aspectos parciais); municiados pelo entendimento (a esta altura já menos incipiente) do método dialético de Marx, examinamos o “nó górdio” constituído pelos esquemas de reprodução, nutrindo a expectativa de tê-lo desatado pelo “fio da meada”, não cedendo à tentação de simplificar em demasiado sua exposição; compreendidos os esquemas, seus pressupostos simplificadores e seus postulados, avançamos para apreender os argumentos do debate sobre os “mercados” e o “problema da realização”; finalmente, analisamos as linhas gerais do pensamento de Marx a respeito das *crises*, fenômenos que constituem o oposto da idéia de “desenvolvimento harmônico do processo de acumulação capitalista”; as considerações de Marx sobre as crises correspondem a outros aspectos na análise do processo de acumulação de capital; colocando lado a lado as análises sobre a crise e os esquemas de reprodução, conseguimos ampliar o entendimento sobre o alcance destes, conforme adiantamos e apontado por Rosdolsky e Miglioli; enfim, este foi o caminho ao qual nos determinamos; uma vez percorrido, é hora de esboçarmos nossas conclusões.

A primeira e principal conclusão a que chegamos consiste em não considerar ser correto depreender dos esquemas de reprodução a conclusão de que o capitalismo possa

expandir-se sem contradições internas que limitem seu crescimento; e que eles constituam a demonstração deste fato; entendemos que os esquemas enunciam as condições para que seja *possível* a acumulação de capital sem desequilíbrios, acumulação impulsionada pela necessidade imposta a cada capitalista pela concorrência; enunciar a *possibilidade* desta ocorrência não implica em afirmar sua *obrigatoriedade*; nada garante que sejam produzidas as mercadorias nas proporções corretas entre os departamentos, condição para o crescimento harmônico.

Por outro lado, tampouco consideramos correta a deduzir-se dos esquemas a possibilidade de acumulação harmônica com desequilíbrio representado pelo crescimento mais acelerado de DI, conforme proposto por Lênin; os esquemas indicam claramente a necessidade de crescimento nas mesmas proporções para efetuar a acumulação de capital sem crises; não consideramos também procedente a tese de Rosa de Luxemburgo que identifica um “erro lógico” dos esquemas de reprodução, qual seja, o de que a realização da mais valia adicional não poderia ocorrer na forma de aumento de bens de produção, considerando que isto significaria uma espiral que adiaria (ampliando) o problema para o circuito seguinte: os esquemas demonstram a *possibilidade* desta ocorrência, em razão de que um aumento de capital constante implica num aumento de capital variável empregado, correspondendo a este um aumento também no consumo.

Analisada sob o aspecto metodológico, a exposição dos esquemas de reprodução representa um *estágio* da análise de Marx, em alto nível de abstração, muito embora estejam situados no “caminho de volta para o concreto” (pois alguns pressupostos simplificadores começam a ser afastados na investigação da reprodução da totalidade do capital social), o que é coerente com o “plano de *O capital*”, que vai do mais abstrato ao mais concreto do Livro I para o Livro III; o entendimento do método de Marx deveria provocar cautela ao se postular conclusões cabais antes de emergir da análise a “síntese”, a “a rica totalidade de determinações e de relações numerosas”, que só pode ocorrer quando a análise de outras determinações abstratas se fundam na reconstrução do “todo concreto”; por outro, esta demonstração das condições para a reprodução ampliada em equilíbrio diz o que tinha a dizer, como afirma ROSDOLSKY:

A primeira questão que sobressai da disputa (que dura décadas) em torno dos esquemas da reprodução de Marx é que não se deve considerar esses esquemas como um esboço teórico que Marx não pôde ‘completar’ por falta de tempo. Ao contrário, tudo indica que, no que diz respeito aos esquemas da reprodução, o próprio Marx nunca teve a intenção de ir mais longe do que o que foi publicado no segundo tomo de *O Capital*. Não tem sentido esperar que eles nos dêem mais do que podem dar (2001, p. 418).



E o que os esquemas dão não é pouco; enunciar as condições para que a acumulação ocorra em equilíbrio evidencia, ao mesmo tempo, todas as possibilidades disto não ocorrer; nas palavras de SHAIKH:

A questão verdadeiramente difícil sobre tal sociedade [a sociedade capitalista] não é porque ela falha constantemente, mas porque continua funcionando. Dessa forma, é importante perceber que qualquer explicação de como o capitalismo se reproduz é ao mesmo tempo (implícita ou explicitamente) uma resposta à pergunta de como e por que ocorre a não-reprodução e vice-versa; em outras palavras, a análise da reprodução e a análise da crise são inseparáveis. Isso ocorre independentemente do fato de uma teoria em particular deixar explícita esta conexão (1983, p. 6).

Reunindo (a) esta percepção sobre os esquemas de reprodução – a de que, ao enunciar-se o que *deve* acontecer para a acumulação do capital social ocorrer em equilíbrio, enuncia-se, simultaneamente, todas as condições para o desequilíbrio, (b) o fato de que este equilíbrio na proporção da produção entre os departamentos da economia ter que acontecer a partir de decisões de investimento *atomizadas* (os capitalistas não decidem como *classe*, e sim *individualmente*), (c) as idéias de Marx a respeito das *crises*, podemos estabelecer a conclusão de que *a realização da mais valia constitui realmente um problema no processo de acumulação de capital*; Marx não incorpora em seu sistema teórico a “lei de Say”; a produção *não* cria, obrigatoriamente, sua própria demanda.

Como vimos no capítulo anterior, as crises são inerentes ao capitalismo; a disjunção entre compra e venda configura a crise em estado potencial (de forma análoga aos esquemas de reprodução, que poderiam ser descritos como a acumulação de capital em equilíbrio *em potência*); ou seja, a possibilidade da crise não impulsiona a crise (da mesma forma que a possibilidade da reprodução do capital social em equilíbrio não impulsiona a acumulação nesta condição); de qualquer forma, seja qual for a tendência que impulsiona à crise, esta se configura numa interrupção no processo de circulação, que resulta na dificuldade de realizar a mais valia. Não pode caber dúvida a respeito deste entendimento de Marx: a realização da mais valia não decorre naturalmente:

Ao revés, caberia antes perguntar: como, na base da produção capitalista – onde cada um trabalha para si e o trabalho específico tem de se configurar ao mesmo tempo em seu oposto, trabalho abstrato, geral e, nessa forma, trabalho social – pode ser possível que surjam as necessárias compensações e correspondências entre os diferentes ramos de produção, suas dimensões e as proporções entre eles, a não ser mediante superação contínua de uma desarmonia constante? (1983, vol. 2, p. 945).

Após esta visão dos esquemas de reprodução à luz das idéias de Marx a respeito das crises, a questão de responder sobre a possibilidade de deduzirmos daqueles uma concepção mecanicista e determinística a respeito da “auto-reprodução perpétua” do sistema capitalista, sem contradições internas, é quase inócua, a esta altura; resta bem determinado que as contradições são imanentes ao sistema, e o conduzem às crises; estas, em cada manifestação concreta, representam sempre um desafio ao sistema.

E a possibilidade oposta? Podemos deduzir a perspectiva do colapso do sistema capitalista, decorrente mecanicamente de suas contradições?

Sweezy (1985) afirma que esta questão está presente na literatura marxista a partir de diversas observações esparsas de Marx sobre o fim do capitalismo e o advento do socialismo, que decorreriam após uma fase em que as relações de produção do sistema capitalista deixem de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas e tornem-se obstáculo a este desenvolvimento; porém, em que pese considerar que

todo o sistema teórico constitui uma negação da possibilidade de expansão capitalista indefinida e uma afirmação da inevitabilidade da revolução socialista”, afirma que não há em nenhuma parte de sua obra “uma doutrina do colapso especificamente **econômico** [grifo nosso] da produção socialista (1985, p. 154).

Nosso entendimento a este respeito já está contido em nossas considerações que sintetizaram as exposições sobre o método no capítulo 1: - o objeto de Marx consiste em “desnudar a lei econômica do movimento da sociedade moderna”; - a descoberta de “leis de movimento” não implica em concluir que o processo histórico é determinado; - não se pode deduzir das “leis de movimento” um transcurso histórico concreto e inevitável: é o próprio Marx que contesta esta simplificação de sua visão (ver citação na p. 26).

Este tema é seguramente bastante controverso, e não podemos ter nenhuma pretensão de sermos conclusivos a respeito; de qualquer forma, a questão, para nós, está colocada sob um foco mais estreito: partindo dos esquemas de reprodução de Marx (que justamente apontam a possibilidade da acumulação de capital em equilíbrio) não podemos concluir a inevitabilidade do colapso mecanicamente considerado.

Finalmente, cabe responder: por que foram extraídas teses distintas e com significados tão “concretos”, partindo dos esquemas de reprodução?

Focando a resposta em Lênin e Rosa de Luxemburgo, podemos afirmar que, em ambos os casos, nas duas teses, apesar de expressas com pretensões teórico-abstratas, a

questão de fundo tratava de pragmaticamente usar a teoria para encaminhar uma práxis imediata em condições históricas muito concretas: Lênin preocupava-se em examinar a possibilidade do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, partindo (ou chegando) a conclusão que o avanço deste modo de produção, na situação concreta da Rússia semi-feudal, significaria o desenvolvimento das forças produtivas naquele país, cumpriria uma etapa histórica fundamental e gestaria a classe revolucionária dos proletários (haveria muito tempo para preocupar-se com o momento em que o modo de produção capitalista se constituiria como “grilhões” das forças produtivas...); já Rosa de Luxemburgo tinha a preocupação de contrapor-se à social-democracia reformista (que pregava a possibilidade da luta política exercer-se promovendo ajustes no sistema capitalista), e também de fazer o enfrentamento da classe dominante na arena que, no início do século, parecia ser a mais importante: a luta contra o imperialismo; Rosa de Luxemburgo intentou formular a teoria econômica do imperialismo.

As insuficiências da análise teórica nestas duas teorias, apontadas pela literatura marxista posterior, e as conclusões a que chegaram (acumulação equilibrada e colapso, respectivamente) decorre muito mais deste compromisso com a práxis do que por qualquer insuficiente entendimento metodológico que levasse a superdimensionar o significado dos esquemas de reprodução.

## REFERÊNCIAS

CORAZZA, Gentil (org.). O caminho de volta do abstrato ao concreto: uma introdução ao método da economia política em Marx. In: **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

FERNANDES, Florestan (org.). **MARX/ENGELS**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

GERMER, Claus. A relação abstrato/concreto no método da economia política. In: **Métodos da Ciência Econômica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1983.

LÊNIN, Vladimir. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. Correspondência sobre o Capital. In: ENGELS, Friedrich. **O Capital**. Livro I, vol. 1. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fonte, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, vol. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I, vol. 2. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Capital:** Crítica da economia política, Livro 2, vol. 2. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Mais Valia:** História crítica do pensamento econômico. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.

\_\_\_\_\_. **Teorias da Mais Valia:** História crítica do pensamento econômico. vol. 2. São Paulo: DIFEL, 1983.

MÉSZÁROS, Istvan. **A teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ e Contraponto, 2001.

SHAIKH, Anwar. Uma introdução à história das teorias de crise. In: **Ensaio FEE.** Porto Alegre, 1983, 4 (1): 5-45.

SWEEZY, Paul. **Para uma crítica da economia política.** Porto: Publicações Escorpião, 1969.

\_\_\_\_\_. **Teoria do desenvolvimento capitalista.** 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

\_\_\_\_\_. **Teóricos e Teorias da Economia.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.